

# RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2015



# Sergus

Instituto Banese de Seguridade Social



## 1. Diretoria Executiva

---

O Instituto Banese de Seguridade Social – Sergus, apresenta o Relatório Anual de Informações 2015, visando manter os participantes ativos e assistidos continuamente informados sobre o desempenho da entidade. O Relatório Anual atende o que preceitua a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC de nº 23/2006, de 06/12/2006, e alterações posteriores, referentes aos procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC quando da divulgação de informações aos participantes do Plano de Benefícios.

Este Relatório reúne os itens mais relevantes concernentes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2015, compreendendo: as Demonstrações Contábeis, o Demonstrativo de Investimentos, a Política de Investimentos, as Premissas Atuariais, e ainda, os Pareceres do Atuário, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, como também a Manifestação do Conselho Deliberativo.

Para o ano de 2016, o Sergus tem vários desafios a serem perseguidos, principalmente, a implantação de novo Plano Sergus de Benefícios na modalidade de Contribuição Definida, início da cobrança do equacionamento do déficit atuarial do Plano Sergus BD e do novo plano de custeio administrativo, como também, uma busca constante por uma melhor rentabilidade dos ativos financeiros da Entidade, aliado a implantação da gestão de controles internos e Compliance baseada em riscos.

Destacamos ainda, que o Relatório se encontra disponível no sitio do Sergus ([www.banese.com.br/Sergus](http://www.banese.com.br/Sergus)) para consulta, proporcionando mais transparência na relação entre os participantes ativos e assistidos para com a entidade.

Agradecemos o apoio das Patrocinadoras e a colaboração dos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo, e do Comitê de Investimentos. Em especial, a equipe de funcionários do SERGUS pelo empenho e dedicação no desenvolvimento de suas atividades.

**Boa leitura a todos!**

## 2. Cenário Econômico-Financeiro

Os desafios do ano de 2015 foram marcados pela intensificação das crises políticas e econômicas no Brasil, resultando em desconfiança por parte dos investidores locais e estrangeiros. Isso significou que o Brasil deixou de ser considerado um bom pagador pelos investidores, o que trouxe um aumento no custo dos empréstimos do país e das empresas brasileiras no exterior. Desta forma, investimentos focados em longo prazo, como é o caso das Entidades de Previdência, foram também impactados. No final de 2015 observamos, após quase 10 anos sem alterações na taxa de juros americana, que as expectativas de mercado se confirmaram com o início do ciclo da alta dos juros americanos, com aumento de 0,25% na taxa base. A previsão atual é que o processo de elevação será de forma gradual, com o intuito de mitigar o impacto no fluxo mundial de capitais.

No Brasil, o quadro político com os desdobramentos da operação Lava-Jato, a abertura do processo de impeachment do atual governo, o rebaixamento de rating pelas agências de crédito (Fitch, Moody's e S&P) e a saída do Ministro da Fazenda, Sr. Joaquim Levy, dominaram o cenário local. Com os dados da economia brasileira se deteriorando, ficou cada vez mais consensual o início de um novo ciclo de altas de juros e a estimativa do PIB para 2016 continua negativa. Portanto, em meio às notícias políticas e perspectivas de aumento das taxas americanas, além da desaceleração da economia chinesa, que afeta diretamente o Brasil, a bolsa brasileira continuou negativa com a saída dos investidores locais e estrangeiros. Com isso, o IBOVESPA fechou o mês de dezembro com rentabilidade de -3,93% e o ano com -13,31%.

### 2.1. Principais Indicadores Econômicos e Financeiros

O ano de 2015 foi muito difícil para os Fundos de Pensão, conforme estudo da consultoria de investimento contratada pela Entidade (ADITUS), que monitora cerca de 90 entidades fechadas de previdência complementar. Segundo a consultoria, o cumprimento das metas atuárias e de investimentos dos Fundos de Pensão ficou comprometido em 2015, ou seja, a maioria não conseguiu superar suas metas.

Para a ADITUS, o Plano Sergus BD apresentou um desempenho no segmento de renda fixa bem acima da mediana dos Planos BD analisados pela consultoria, com uma rentabilidade de 15,42%, contra 13,83% da mediana dos Planos BD e 13,23% do CDI. No entanto, sabemos que foi difícil superar a meta atuarial, conforme já mencionado acima, pois tivemos inflação de dois dígitos acrescido ainda da taxa de juros atuarial do Plano Sergus BD.

O resultado consolidado do Sergus também apresentou um desempenho bastante satisfatório em termos relativos, ou seja, uma rentabilidade consolidada de 13,40% contra 12,14% da mediana dos Planos BD.

Indicadores	(%) No Mês	(%) No Ano	(%) 24 Meses	(%) 36 Meses
CDI	1,16	13,23	25,47	35,57
IBOVESPA	-3,93	-13,31	-15,84	-28,88
IBrX	-3,79	-12,41	-14,84	-17,51
IGP-DI	0,44	10,70	14,89	21,23
IPCA	0,96	10,67	17,76	24,73
INPC	0,90	11,28	18,21	24,78
INPC + 6,0% a.a	1,41	17,90	32,79	48,62
INPC + 5,5% a.a	1,37	17,35	31,54	46,52
INPC + 5,0% a.a	1,33	16,79	30,30	44,45

Fonte: Aditus Consultoria Financeira

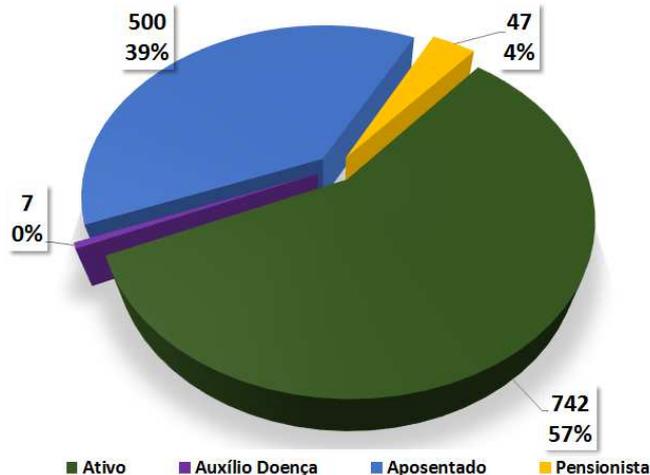
Data Base: 31/12/2015

Para o próximo exercício, a nossa expectativa é que o mercado continue com uma volatilidade elevada, tanto por questões internas como por questões externas. As perspectivas para 2016 continuam a apontar para um baixo apetite ao risco. No entanto, a possibilidade de atingimento das metas usando apenas ativos de baixo risco torna-se cada vez mais distante em um horizonte de médio e longo prazo.

### 3. Informações Previdenciais

#### 3.1. Composição dos Participantes

No final do exercício de 2015, o mapa estatístico da quantidade de participantes no Plano Sergus BD, demonstrava um total de 1.296, distribuídos conforme gráfico abaixo.



#### 3.2. Composição dos Recursos Coletados e Despesas Previdenciais

Os quadros abaixo demonstram o total das contribuições arrecadadas dos participantes e das patrocinadoras assim como as despesas ocorridas com pagamentos de benefício durante o ano de 2015.

Composição das Receitas Previdenciárias Coletadas (Contribuições)		Composição das Despesas Previdenciárias (Benefícios)	
Contribuição de Ativos	5.232.381	Aposentadoria Antecipada p/ Tempo de Contribuição	1.967.462
Contribuição de Assistidos	3.279.243	Aposentadoria por Idade	276.128
Contribuição de Patrocinadores	5.232.381	Aposentadoria por Invalidez	1.249.068
Contribuição de Autofinanciados	440.516	Aposentadoria por Tempo de Contribuição	17.624.485
Contribuição Extraordinária (Joia)	5.166	Auxílio Doença	150.011
<b>Sub-total</b>	<b>14.189.687</b>	Pensão por Morte	900.914
Outras receitas previdenciais	1.111	Pecúlio por Morte/Invalidez	237.794
<b>Total</b>	<b>14.190.798</b>	Reserva de Poupança	386.981
		Portabilidade	-
		<b>Sub-total</b>	<b>22.792.843</b>
		Outras despesas previdenciais	68.066
		<b>Total</b>	<b>22.860.909</b>

#### 3.3. Premissas Atuariais

Em relação ao ano anterior foram mantidas as premissas de Hipóteses Demográficas da Tábua de Mortalidade, Tábua de Entrada e Tábua de Inválido e do Fator de Determinação do Valor Real dos Salários e dos Benefícios do Plano Sergus BD. As referidas premissas foram definidas a partir dos resultados dos testes de aderência realizados em janeiro de 2016. O estudo do teste de aderência revelou que as tábuas adotadas para o Plano Sergus BD, estão adequadas com a realidade da população no período analisado. A legislação em vigor, estabelece que o estudo deve ocorrer a cada três anos, desde que o plano não apresente déficit.

Hipóteses Demográficas	Tábua de Mortalidade	Tábua de Entrada	Tábua de Inválido
	AT-2000	TASA 27	MI 85

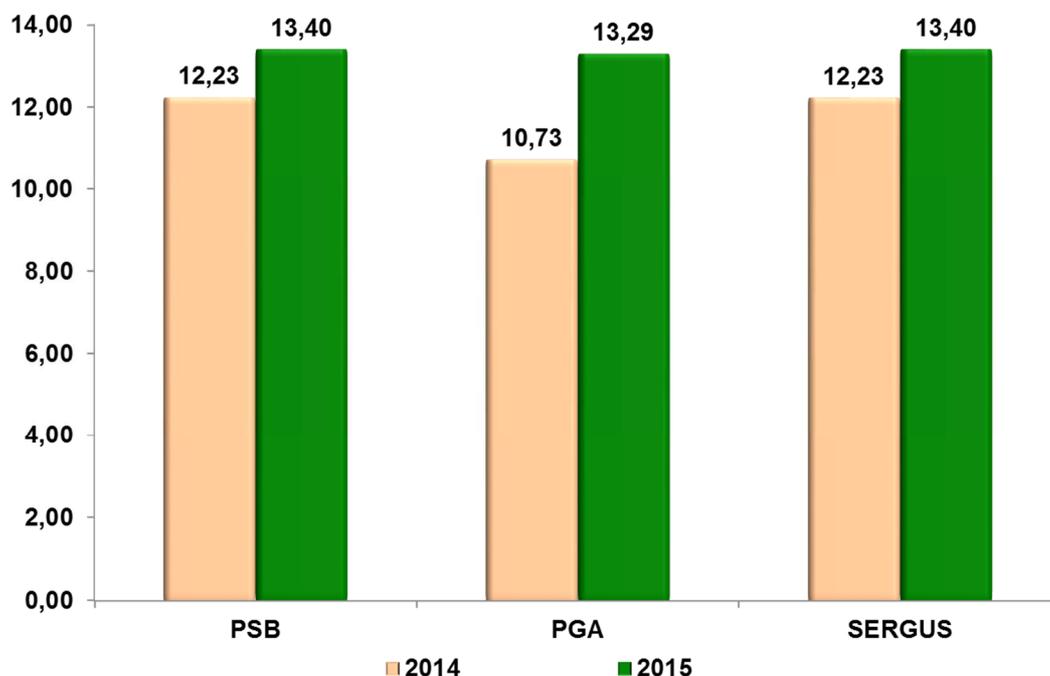
Quanto à alteração da taxa de juros, em consonância com o disposto no art. 5º da Instrução PREVIC nº 7, de 12/12/2013, o estudo de aderência da taxa real de juros do Plano Sergus BD, elaborado pela ADITUS Consultoria Financeira LTDA., apurou uma rentabilidade futura esperada dos investimentos de 5,41% a.a. (mediana) e 4,99% a.a. (mínima), para o prazo de duração do passivo do plano de 16 anos, considerando o Fluxo do Passivo de dezembro de 2014. Conclui-se, nestes termos, pela adequação e aderência da taxa de juros atuarial com a taxa de retorno real esperada para os recursos garantidores do plano.

Hipóteses Econômicas	Taxa de Juros	Taxa Crescimento Salarial	Capacidade Salarial Ativo	Capacidade de Benefício	Índice do Plano Sergus BD
	4,99% a.a.	2,60% a.a.	0,98%	0,98%	INPC/IBGE

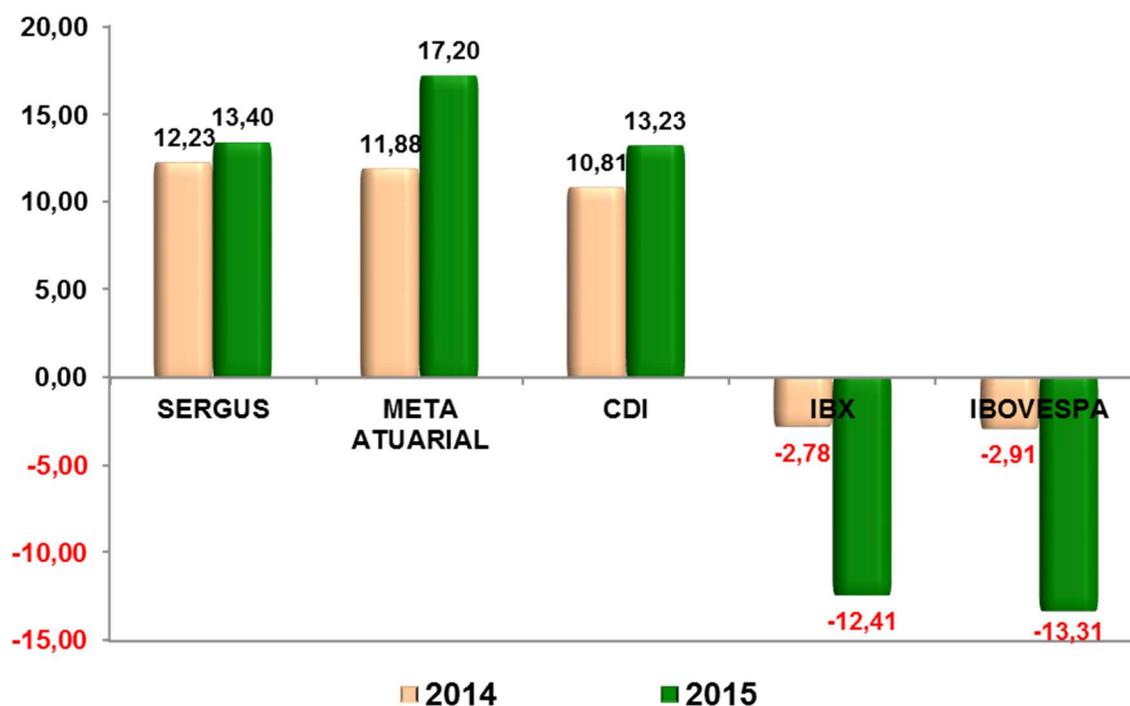
## 4. Informações Financeiras

O Plano Sergus BD rentabilizou no ano 13,40%, frente à Meta Atuarial de 17,20%, ao CDI de 13,23% e ao Ibovespa de -13,31%. Os principais fatores que comprometeram o não atingimento da meta de rentabilidade estabelecida para o plano foram: O Segmento de Renda Variável, cujo desempenho no ano foi negativo em 11,36% e a inflação, que no exercício de 2015 acumulou alta de 11,28%, comprometendo o segmento de previdência complementar.

Rentabilidade por Plano (%)



Rentabilidade X Indicadores Econômicos (%)



## 5. Demonstrativo de Investimentos

Em dezembro/2015, o total de ativos de investimentos do Plano Sergus BD foi de R\$ 617 milhões, representando um crescimento de R\$ 60 milhões ao comparar com o volume de R\$ 556 milhões em dezembro/2014. A maior concentração dos recursos continua no segmento de Renda Fixa com R\$ 547 milhões, equivalente a 88,63% do recurso garantidor.

### 5.1. Sergus Consolidado

Segue abaixo tabela com a composição dos investimentos por segmento, sua concentração em relação ao recurso garantidor, e ainda descrição da administração terceirizada e própria com posição em dezembro/2014 e dezembro/2015.

R\$				
Composição por Segmento				
Segmentos	Dez/14	(%) Recursos Garantidores	Dez/15	(%) Recursos Garantidores
Renda Fixa	422.895.438,83	75,95	546.932.542,32	88,63
Renda Variável	54.430.052,41	9,77	13.765.961,15	2,23
Investimentos Estruturados	40.604.877,67	7,29	13.940.184,05	2,26
Imóveis	32.681.639,90	5,87	36.014.000,00	5,84
Empréstimos a Participantes	6.429.886,07	1,15	6.623.913,92	1,07
<b>Total de Investimentos</b>	<b>557.041.894,88</b>	<b>100,03</b>	<b>617.276.601,44</b>	<b>100,02</b>
Disponível	803,17	0	8.069,51	0
Exigível Operacional	-157.203,40	-0,03	-147.029,04	-0,02
<b>Total dos Recursos Garantidores</b>	<b>556.885.494,65</b>	<b>100,00</b>	<b>617.137.641,91</b>	<b>100,00</b>

R\$			
Gestão de Investimentos			
Terceirizada	Dez/15	(%) Gestão Terceirizada	(%) Total de Investimentos
Fundos Exclusivos	183.267.859,94	83,74	29,69
Fundos Renda Fixa	5.786.087,90	2,64	0,94
Fundos Multimercados Não Estruturados	7.647.609,58	3,49	1,24
Fundos Multimercados Estruturados	13.940.184,05	6,37	2,26
Fundos de Ações	8.210.828,03	3,76	1,32
<b>Total</b>	<b>218.852.569,50</b>	<b>100,00</b>	<b>35,45</b>
Própria	Dez/15	(%) Gestão Própria	(%) Total de Investimentos
Títulos do Governo Federal - NTN-B	284.206.065,04	71,33	46,04
Títulos Privados - LFS	66.024.919,86	16,57	10,7
Ações	5.555.133,12	1,39	0,9
Imóveis	36.014.000,00	9,04	5,83
Empréstimos a Participantes	6.623.913,92	1,66	1,07
<b>Total</b>	<b>398.424.031,94</b>	<b>100,00</b>	<b>64,55</b>
<b>Total Geral</b>	<b>617.276.601,44</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>

R\$			
Gestão Terceirizada por Gestor			
Descrição	Dez/15	(%) Gestão Terceirizada	(%) Total de Investimentos
Mercatto Gestão de Recursos Ltda.	75.328.789,48	34,42	12,19
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	48.047.226,36	21,95	7,78
GAP Prudential LT Gestão de Recursos Ltda.	60.857.855,85	27,81	9,86
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	1.423.204,37	0,65	0,23
Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.	3.396.871,78	1,55	0,55
Oceana Investimentos Adm. de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	7.815.976,05	3,57	1,27
Studio Investimentos Administradora de Recursos Ltda.	8.210.828,03	3,75	1,33
Plural Gestão de Recursos Ltda.	13.771.817,58	6,30	2,22
<b>Total</b>	<b>218.852.569,50</b>	<b>100,00</b>	<b>35,45</b>

## 5.2. Plano Sergus de Benefícios BD

Os investimentos do Plano Sergus de Benefícios BD no ano de 2015, totalizaram um montante de R\$ 616 milhões, que equivale a um aumento de R\$ 60 milhões quando comparado com dezembro de 2014, cujo o volume total deste ano era de R\$ 556 milhões. A maior concentração dos recursos continua no segmento de Renda Fixa com R\$ 546 milhões, equivalente a 88,60% do recurso garantidor.

Na sequência apresentamos tabela com a composição dos investimentos por segmento, sua concentração em relação ao recurso garantidor, e ainda descrição da administração terceirizada e própria com posição em dezembro/2014 e dezembro/2015.

Composição por Segmento				
Segmentos	Dez/2014	(%) Recursos Garantidores	Dez/2015	(%) Recursos Garantidores
Renda Fixa	422.151.856,77	75,91	545.966.530,57	88,60
Renda Variável	54.430.052,41	9,79	13.765.961,15	2,22
Investimentos Estruturados	40.604.877,67	7,30	13.940.184,05	2,26
Imóveis	32.681.639,90	5,88	36.014.000,00	5,84
Empréstimos a Participantes	6.429.886,07	1,16	6.623.913,92	1,08
<b>Total de Investimentos</b>	<b>556.298.312,82</b>	<b>100,03</b>	<b>616.310.589,69</b>	<b>100,02</b>
Disponível	690,28	0,00	6.583,27	0,00
Exigível Operacional	-156.052,44	-0,03	-145.843,30	-0,02
<b>Total dos Recursos Garantidores</b>	<b>556.142.950,66</b>	<b>100,00</b>	<b>616.171.329,66</b>	<b>100,00</b>

Gestão de Investimentos			
Terceirizada	Dez/15	(%) Gestão Terceirizada	(%) Total de Investimentos
Fundos Exclusivos	183.267.859,94	84,11	29,74
Fundos Renda Fixa	4.820.076,15	2,21	0,78
Fundos Multimercados - Não Estruturados	7.647.609,58	3,51	1,24
Fundos Multimercados - Estruturados	13.940.184,05	6,4	2,26
Fundos Ações	8.210.828,03	3,77	1,33
<b>Total</b>	<b>217.886.557,75</b>	<b>100,00</b>	<b>35,35</b>
Própria	Dez/15	(%) Gestão Própria	(%) Total de Investimentos
Títulos do Governo Federal - NTN-B	284.206.065,04	71,33	46,11
Títulos Privados - LFS	66.024.919,86	16,57	10,71
Ações	5.555.133,12	1,39	0,9
Imóveis	36.014.000,00	9,04	5,84
Empréstimos a Participantes	6.623.913,92	1,66	1,07
<b>Total</b>	<b>398.424.031,94</b>	<b>100,00</b>	<b>64,65</b>
<b>Total Geral</b>	<b>616.310.589,69</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>

Gestão Terceirizada por Gestor			
Descrição	Dez/15	(%) Gestão Terceirizada	(%) Total de Investimentos
Mercatto Gestão de Recursos Ltda.	74.362.777,73	34,13	12,08
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	48.047.226,36	22,05	7,8
GAP Prudential LT Gestão de Recursos Ltda.	60.857.855,85	27,93	9,87
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	1.423.204,37	0,65	0,23
Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.	3.396.871,78	1,56	0,55
Oceana Investimentos Adm. de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	7.815.976,05	3,59	1,27
Studio Investimentos Administradora de Recursos Ltda.	8.210.828,03	3,77	1,33
Plural Gestão de Recursos Ltda.	13.771.817,58	6,32	2,23
<b>Total</b>	<b>217.886.557,76</b>	<b>100,00</b>	<b>35,35</b>

### Rentabilidade Plano Sergus de Benefícios BD

Segue abaixo tabela com as informações referentes à meta atuarial do plano Sergus BD, os índices de referência por segmento dos ativos estipulados na política de Investimentos e a rentabilidade bruta estimada e líquida dos ativos do Plano.

Rentabilidade Plano Sergus BD						
Segmentos	Meta Atuarial		Índices de Referência (PI PSB 2015)		(*) Rentabilidade Bruta Estimada	(**) Rentabilidade
	Renda Fixa			INPC + 5,32%	17,20%	15,68%
Renda Variável			Ibovespa	-13,31%	-4,79%	-11,36%
Investimentos Estruturados	INPC + 5,32% a.a.	17,20%	INPC + 7%	19,07%	20,49%	12,77%
Imóveis			INPC	11,28%	15,49%	15,49%
Empréstimos a Participantes			INPC + 5,32%	17,20%	23,37%	23,37%
<b>Total Plano Sergus BD</b>					-	-

\* Rentabilidade bruta estimada sem abater os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

\*\* Rentabilidade líquida contemplando os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

### Despesas da Gestão de Investimentos

A seguir serão apresentadas as tabelas com as despesas de investimentos do plano Sergus BD divididas entre a gestão terceirizada (fundos de investimentos) e a gestão própria (títulos mantidos na carteira própria, administrados pelo Sergus).

Despesas da Gestão de Investimentos - 2015				R\$
Gestão Terceirizada	Valor	Gestão Própria	Valor	
Taxa de Administração	2.584.529	Taxa de Administração	-	
Taxa de Custódia	273.339	Taxa de Custódia	161.023	
Taxa de Performance	152.395	Taxa de Performance	-	
Auditoria	19.540	Auditoria	-	
CETIP, SELIC e CBLC	97.915	CETIP, SELIC e CBLC	38.365	
Corretagens	167.451	Corretagens	-	
Outras despesas	84.655	Outras despesas	-	
<b>Total</b>	<b>3.379.823</b>	<b>Total</b>	<b>199.388</b>	
<b>Total Geral</b>			<b>3.579.211</b>	

### 5.3. Plano de Gestão Administrativa - PGA

No ano de 2015, o total dos investimentos pertencentes ao plano de Gestão Administrativa PGA foi de R\$ 966 mil, um crescimento de R\$ 223 mil quando comparado ao volume de R\$ 742 mil do ano anterior.

Na tabela abaixo demonstramos a composição dos investimentos por segmento, sua concentração em relação ao recurso garantidor, e ainda descrição da administração terceirizada com posição em dezembro/2014 e dezembro/2015.

Composição por Segmento					R\$
Segmentos	Dez/2014	(%) Recursos Garantidores	Dez/2015	(%) Recursos Garantidores	
Renda Fixa	743.582,06	100,14	966.011,75	99,97	
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>743.582,06</b>	<b>100,14</b>	<b>966.011,75</b>	<b>99,97</b>	
Disponível	112,89	0,02	1.486,24	0,15	
Exigível Operacional	-1.150,96	-0,16	-1.185,74	-0,12	
<b>Total dos Recursos Garantidores</b>	<b>742.543,99</b>	<b>100,00</b>	<b>966.312,25</b>	<b>100,00</b>	

Gestão de Investimentos				R\$
Gestão Terceirizada	Dez/2015	(%) Gestão Terceirizada	(%) Total de Investimentos	
Fundos de Investimento Renda Fixa	966.011,75	100,00	100,00	
<b>Total</b>	<b>966.011,75</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

Gestão Terceirizada por Gestor				R\$
Gestores	Dez/2015	(%) Gestão Terceirizada	(%) Total de Investimentos	
Mercatto Gestão de Recursos Ltda.	966.011,75	100,00	100,00	
<b>Total</b>	<b>966.011,75</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

### Rentabilidade Plano Gestão Administrativa - PGA

Segue abaixo tabela com as informações referentes aos índices de referência por segmento dos ativos estipulados na política de Investimentos e a rentabilidade bruta estimada e líquida dos ativos do Plano de Gestão Administrativa.

Segmento	Índices de Referência (PI PGA 2015)		( * ) Rentabilidade Bruta Estimada	(** ) Rentabilidade
	Renda Fixa	100% do CDI	13,23	14,04
<b>Total PGA</b>			<b>14,04</b>	<b>13,29</b>

\* Rentabilidade bruta estimada sem abater os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

\*\* Rentabilidade líquida contemplando os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

### Despesas da Gestão de Investimentos

A seguir serão apresentadas as tabelas com as despesas da gestão terceirizada de investimentos do plano Sergus PGA.

Gestão Terceirizada	Valor R\$
Taxa de Administração	4.763,85
Taxa de Custódia	258,41
Taxa de Performance	-
Auditoria	11,60
CETIP, SELIC e CBLC	14.247,06
Corretagens	0,07
Outras despesas	-
<b>Total Gestão Terceirizada</b>	<b>19.280,99</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>19.280,99</b>

### 5.4. Despesas Administrativas

O Plano de Gestão Administrativa – PGA trata-se de um ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma do seu regulamento. Em 2015 foram gastos com despesas administrativas o montante de R\$ 3.294.489,41, sendo: R\$ 1.893.224,32 com a gestão previdencial e R\$ 1.401.265,09 com a gestão de investimentos, segregadas entre os grupos abaixo:

Despesas com Pessoal	R\$			
	Gestão Previdencial	Investimentos	Total	% Part.
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>1.047.531,09</b>	<b>883.764,60</b>	<b>1.931.295,69</b>	<b>96,16%</b>
Dirigentes	551.278,14	434.721,61	985.999,75	49,09%
Pessoal Próprio	489.926,48	440.249,00	930.175,48	46,31%
Estagiários	6.326,47	8.793,99	15.120,46	0,75%
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>29.847,91</b>	<b>21.469,71</b>	<b>51.317,62</b>	<b>2,55%</b>
Conselheiros	6.894,23	6.202,97	13.097,20	0,65%
Dirigentes	13.700,28	8.149,97	21.850,25	1,09%
Pessoal Próprio	9.253,40	7.116,77	16.370,17	0,82%
<b>Viagens e Estádias</b>	<b>19.515,42</b>	<b>6.390,15</b>	<b>25.905,57</b>	<b>1,29%</b>
Conselheiros	2.731,26	0,00	2.731,26	0,14%
Dirigentes	8.380,88	1.710,66	10.091,54	0,50%
Pessoal Próprio	8.403,28	4.679,49	13.082,77	0,65%
<b>Total</b>	<b>1.096.894,42</b>	<b>911.624,46</b>	<b>2.008.518,88</b>	<b>100,00%</b>

Despesas com Serviços de Terceiros	R\$			
	Gestão Previdencial	Investimentos	Total	% Part.
<b>Pessoa Física</b>	<b>20.850,48</b>	<b>2.316,72</b>	<b>23.167,20</b>	<b>3,06%</b>
Consultoria Jurídica	20.850,48	2.316,72	23.167,20	3,06%
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>414.501,72</b>	<b>319.064,09</b>	<b>733.565,81</b>	<b>96,94%</b>
Consultoria Atuarial	72.386,71	0,00	72.386,71	9,57%
Consultoria dos Investimentos	0,00	109.742,69	109.742,69	14,50%
Consultoria Jurídica	151.195,31	41.057,41	192.252,72	25,41%
Informática	91.668,36	75.412,15	167.080,51	22,08%
Consultoria - Controles Internos	11.433,48	10.960,07	22.393,55	2,96%
Consultoria - Cálculos Judiciais	1.500,00	0,00	1.500,00	0,20%
Auditoria Contábil	12.973,30	12.426,70	25.400,00	3,36%
Outras	73.344,56	69.465,07	142.809,63	18,87%
Manutenção de Bens do Ativo Imobilizado	1.819,91	1.745,09	3.565,00	0,47%
Gráficos	3.495,86	3.313,90	6.809,76	0,90%
Limpeza	15.607,69	14.960,12	30.567,81	4,04%
Vigilância	40.784,07	39.092,96	79.877,03	10,56%
Manut./Conservação Sede	8.929,92	8.561,81	17.491,73	2,31%
Outros Serviços	2.707,11	1.791,19	4.498,30	0,59%
<b>Total</b>	<b>435.352,20</b>	<b>321.380,81</b>	<b>756.733,01</b>	<b>100,00%</b>

Despesas Gerais e Outras	R\$			
	Gestão Previdencial	Investimentos	Total	% Part.
<b>Despesas Gerais</b>	<b>129.078,76</b>	<b>111.946,47</b>	<b>241.025,23</b>	<b>45,54%</b>
Energia Elétrica e Telefone	32.793,77	31.130,20	63.923,97	12,08%
Material de Consumo	15.827,19	14.590,26	30.417,45	5,75%
Diversas	80.457,80	66.226,01	146.683,81	27,72%
Custas Judiciais	1.926,34	0,00	1.926,34	0,36%
Postais	11.404,71	2.410,09	13.814,80	2,61%
Associações e Entidades	10.372,22	9.953,46	20.325,68	3,84%
Aluguel Imóvel Uso Próprio	51.829,43	49.683,67	101.513,10	19,18%
Outras	4.925,10	4.178,79	9.103,89	1,72%
<b>Depreciações e Amortizações</b>	<b>25.504,72</b>	<b>24.449,72</b>	<b>49.954,44</b>	<b>9,44%</b>
Depreciações	25.504,72	24.449,72	49.954,44	9,44%
<b>Tributos</b>	<b>204.604,80</b>	<b>31.863,63</b>	<b>236.468,43</b>	<b>44,68%</b>
Pis/Cofins	168.284,11	0,00	168.284,11	31,80%
Tafic	30.635,50	29.364,50	60.000,00	11,34%
IPTU/Outras	5.685,19	2.499,13	8.184,32	1,55%
<b>Outras Despesas</b>	<b>1.789,42</b>	<b>0,00</b>	<b>1.789,42</b>	<b>0,34%</b>
Eventos c/participantes	1.789,42	0,00	1.789,42	0,34%
<b>TOTAL</b>	<b>360.977,70</b>	<b>168.259,82</b>	<b>529.237,52</b>	<b>100,00%</b>

## 6. Posição Patrimonial do Plano Sergus BD

O Plano SERGUS BD apurou em 2015 um déficit atuarial R\$ 130.294 mil (vide item 8 das Notas Explicativas). O referido resultado está representado na **Demonstração do Ativo Líquido do plano**, cujo objetivo é evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais, de modo a apurar a diferença entre o ativo (bens e direitos) e o passivo (obrigações e fundos).

### 6.1. Resumo da Demonstração do Ativo Líquido - Plano Sergus BD

Os ativos apresentaram um crescimento de 10,88%, impactados principalmente pelo aumento dos recursos investidos no mercado financeiro, enquanto que as obrigações 35,14%, em função da evolução do contingencial, relativo aos processos judiciais movidos por diversos participantes assistidos contra a Entidade. Os fundos cresceram em 37,52%, objeto da sobra de recurso destinado ao custeio administrativo. Confrontadas as provisões matemáticas de R\$ 724.909 mil, com o ativo líquido do plano de R\$ 594.615 mil, apurou-se uma insuficiência de R\$ 130.294 mil, que após a dedução do Ajuste de Precificação dos Ativos no valor de R\$ 44.735 mil, resultou no Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano SERGUS em R\$ 85.559 mil.

Descrição	Exercício		Variação (%)
	2015	2014	
<b>1. Ativos</b>	<b>618.650</b>	<b>557.956</b>	<b>10,88</b>
Disponível	7	1	600
Recebível	2.332	1.657	40,74
Investimento	616.311	556.298	10,79
<b>2. Obrigações</b>	<b>22.129</b>	<b>16.375</b>	<b>35,14</b>
Operacional	701	435	61,15
Contingencial	21.428	15.940	34,43
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.906</b>	<b>1.386</b>	<b>37,52</b>
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	-
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>594.615</b>	<b>540.195</b>	<b>10,07</b>
Provisões Matemáticas	724.909	569.246	27,35
Superávit/Déficit Técnico	-130.294	-29.051	348,5
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	-130.294	-29.051	348,5
b) (+/-) Ajuste de Precificação	44.735	29.051	53,99
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	-85.559	0	-

## 6.2. Resumo da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano Sergus BD

Para melhor entendimento quanto   oscila o do ativo líquido do plano, apresentamos abaixo o resumo da **Demonstra o da Muta o do Ativo Líquido - DMAL**, a qual evidencia os eventos ocorridos ao longo do exercício que contribuíram para a modifica o patrimonial, através da apura o da diferença entre as adi oes (receitas de contribui oes e resultado dos investimentos) e as destina oes (despesas com benefícios, contingências e custeio administrativo).

Em 2015, o ativo líquido cresceu R\$ 54.420 mil, (R\$ 594.615 mil – R\$ 540.195 mil), principalmente, em face da rentabilidade dos investimentos, do aumento das despesas com benefícios, e do expressivo aumento das despesas com contingências, em rela o ao ano anterior, em virtude das provisões dos processos judiciais movidos por participantes assistidos contra o SERGUS. As provisões matemáticas tiveram uma evolu o de R\$ 155.663 mil, notadamente justificada por:

- i) Aumento nas reservas matemáticas de R\$ 27.600 mil, em decorrência da altera o da taxa real de juros nas proje oes atuariais de 5,32% para 4,99%; Implanta o do PEA – Programa de Estímulo a Aposentadoria e reestrutura o organizacional promovidos pela patrocinadora BANESE no valor de R\$ 14.492 mil;
- ii) Reversão das Provisões Matemáticas a Constituir relativas ao déficit técnico a equacionar registrado em 2014, representando em dezembro/2015 o montante de R\$ 48.683 mil.

Portanto, o Déficit Técnico do Exercício, de R\$ 101.243 mil, representa a diferença entre o aumento das provisões matemáticas e o crescimento do ativo líquido (vide item 8 das Notas Explicativas).

Assim, tendo em vista o resultado deficitário do plano, objeto do parágrafo de ênfase do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstra oes Contábeis, a Entidade para equacionar parte do déficit atuarial acima citado, com vista a proporcionar o equilíbrio econ mico e financeiro do Plano SERGUS e em observância aos normativos pertinentes, durante o ano de 2016, tomar  as providências cabíveis para a elabora o e aprova o do plano de equacionamento para a cobrança das contribui oes extraordinárias dos patrocinadores, participantes ativos e assistidos.

	Descri�o	R\$ Mil		
		Exercício		Varia�o (%)
		2015	2014	
	<b>a) Ativo Líquido – início do exercício</b>	<b>540.195</b>	<b>485.331</b>	<b>11,30</b>
	<b>1. Adi�oes</b>	<b>86.197</b>	<b>71.561</b>	<b>20,45</b>
(+)	Contribui�oes	14.191	12.316	15,22
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	72.006	59.245	21,54
	<b>2. Destina�oes</b>	<b>-31.777</b>	<b>-16.697</b>	<b>90,32</b>
(-)	Benefícios	-22.861	-14.592	56,67
(-)	Constitui�o de Conting�ncias – Gestão Previdencial	-6.787	-258	2.530,62
(-)	Custeio Administrativo	-2.129	-1.847	15,27
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>54.420</b>	<b>54.864</b>	<b>-0,81</b>
(+/-)	Provis�es Matemáticas	155.663	1.914	8.032,86
(+/-)	Superávit (D�ficit) T�cnico do Exercício	-101.243	52.950	-291,20
	<b>4. Opera�oes Transit�rias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
	<b>b) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4)</b>	<b>594.615</b>	<b>540.195</b>	<b>10,07</b>
	<b>c) Fundos não previdenciais</b>	<b>1.906</b>	<b>1.386</b>	<b>37,52</b>

## 7. Relatório de Participação nas Assembleias Gerais de Acionistas - 2015

Este relatório visa demonstrar aos participantes as assembleias gerais realizadas no exercício de 2015 pelo Banco do Estado de Sergipe S/A, companhia na qual o Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS detém participação, conforme disposto na Resolução CGPC nº 23/2006 e alterações posteriores.

### Assembleia Geral Ordinária de 22/04/2015

#### I. Pauta da Assembleia

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2014;
2. Ratificar a distribuição aos acionistas de Juros sobre Capital Próprio e sua imputação aos dividendos mínimos obrigatórios, aprovada pelo Conselho de Administração, referente ao exercício de 2014;
3. Ratificar a distribuição aos acionistas de Dividendos Intermediários, aprovada pelo Conselho de Administração, à conta de reserva para equalização de dividendos constituída no exercício de 2013;
4. Ratificar a não distribuição aos acionistas de Dividendos Mínimos Obrigatórios, propostos pelos órgãos da administração, relativos ao exercício de 2014;
5. Deliberar sobre a proposta de constituição de Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovada pelo Conselho de Administração, referente ao saldo remanescente do Lucro Líquido de 2014;
6. Ratificar o pagamento de participação nos lucros aos administradores, nos termos do art. 152, da Lei nº. 6.404/1976, considerando o resultado de 2014;
7. Fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
8. Eleger os membros do Conselho Fiscal com os respectivos suplentes, nos termos do artigo 161, da Lei nº 6.404/1976.

#### II. Deliberações

1. Aprovados, por unanimidade, o item 1.
2. Ratificadas, por unanimidade, o item 2.
3. Aprovadas, por unanimidade, o item 3.
4. Referendada, por unanimidade, o item 4.
5. Referendada, por unanimidade, o item 5.
6. Ratificada, por unanimidade, o item 6.
7. Aprovada, por maioria, o item 7, referente ao acréscimo de 8,5% (oito e meio por cento) sobre a remuneração atual dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, de forma retroativa à janeiro do ano de 2015, correspondente ao mesmo percentual de reajuste salarial concedido aos Empregados;
8. Foram eleitos, pelo acionista controlador, para o provimento dos assentos que lhe são assegurados no Conselho Fiscal do Banese, como titular, o Sr. ADINELSON ALVES DA SILVA, sem indicação de suplente; como titular o Sr. RICARDO OLIVEIRA LACERDA DE MELO, e, como seu suplente, a Sra. ELIANA DE MATOS; como titular a Sra. ANA CRISTINA DE CARVALHO PRADO DIAS. No tocante ao seu suplente, devido ao impedimento do Sr. Marcos Sousa Ferreira, e considerando ainda a vacância do suplente do Sr. Adinelson Alves da Silva, o presidente da Assembleia recomenda aos órgãos da administração a adoção das medidas pertinentes para o

preenchimento das referidas vagas. Na qualidade de representante dos acionistas minoritários, portadores de ações ordinárias nominativas foi eleito, com 15.163 votos, como titular, o Sr. MOACIR JOAQUIM DE SANTANA JÚNIOR, e como seu suplente, o Sr. RICARDO DE OLIVEIRA NUNES. Ato contínuo, na qualidade de representante dos acionistas portadores de ações preferenciais nominativas, não houve candidatos, o que ensejou a ratificação da recomendação acima feita pelo presidente da Assembleia para adoção das medidas cabíveis para preenchimento das vagas.

## **Assembleia Geral Extraordinária de 16/06/2015**

### **I. Pauta da Assembleia**

1. Alterar o Estatuto Social do Banco conforme Edital de Convocação;
2. Eleger membros do Conselho Fiscal (Efetivos e Suplentes) e do Conselho de Administração;

### **II. Deliberações**

1. Aprovados, por unanimidade, os itens necessários de alteração. Feito, foi ressaltado, pelo Conselheiro Luiz Alves dos Santos Filho, que toda a matéria foi analisada e ratificada pelo Conselho de Administração.
2. Foram eleitos, como membros do Conselho Fiscal, na qualidade de representante dos acionistas portadores de ações preferenciais nominativas, como titular, o Sr. Felipe Rodrigues Chaid e como seu suplente o Sr. Luiz da Silva Leão. Ato contínuo, não foram indicados pelo acionista majoritário, os nomes dos suplentes, membros do Conselho Fiscal, dos conselheiros Adinelson Alves da Silva e Ana Cristina de Carvalho Prado Dias, ficando postergada a indicação para uma próxima assembleia. Sendo assim, todos os membros preenchem as condições previstas na Resolução 3.041/2002, emitida pelo Banco Central do Brasil, e terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2016. Nesta oportunidade, foram eleitos, por unanimidade, para compor o Conselho de Administração, a Sra. Maria Conceição Vieira Santos para ocupar o cargo antes destinado ao Conselheiro Jorge Santana de Oliveira e atualmente vago, o Sr. Danilo Almeida Tavares de Lima para substituir o Conselheiro Josué Modesto dos Passos Subrinho, na qualidade de membro Independente e Maria Aparecida Santos Gama da Silva para substituir o Conselheiro Pedro Marcos Lopes. Todos estes membros terão mandato até a posse dos que forem eleitos da Assembleia Geral Ordinária de 2016.

## 8. DESTAQUES

No decorrer de 2015, o Sergus homologou 194 **benefícios decorrentes do Programa de Estímulo a Aposentadoria (PEA)** instituído pela patrocinadora BANESE, ocasionando um aumento no quadro de assistidos do Plano Sergus BD.

Em Abril/2015, no dia 13, ocorreu a **posse dos membros do Concelho Deliberativo**, onde o Sr. Daniel Felipe Viana Munduruca ficou como membro titular em substituição ao Sr. Renato Augusto Cruz Dantas, e Sra. Maria do Carmo Silva Hora ficou como membro suplente da Presidente, a Sra. Rosangela Tavares Ferreira, em substituição ao Sr. Helom Oliveira da Silva, ambos para cumprir o mandato iniciado em 26/11/14 a 25/11/18.

No dia 20/04/2015, ocorreu a **posse o novo Diretor Administrativo e Financeiro do Sergus**, Sr. Marcelo Carvalho Almeida de Aguiar em substituição a Sra. Soraia Tathiana Bastos Vieira, e em 30/04/2015 o Sr. Hercules Silva Daltro, como **Diretor Superintendente do Sergus**, em substituição ao Sr. Milson Rosa para cumprimento do mandato complementar até 01/03/2018.

Em Junho/2015, aconteceu o **12º Encontro de Aposentados e Pré-Aposentáveis** (11/06/2015), onde o Sergus preparou uma grande Festa Junina com o apoio dos patrocinadores do evento. Em clima de muito conagraçamento os participantes e familiares puderam dançar em um ambiente alegre e descontraído. Na oportunidade assistiram a apresentação da Peça Teatral, apresentado pelo grupo "Coletivo de Atores Educadores", com a produção de Raimundo Venâncio e Tânia Maria, seguida da apresentação da Banda Skama de Peixe que fizeram a alegria de todos, tocando muito forró e outros ritmos. No final foram sorteados vários brindes, entre eles, dois balaios juninos.



12º Encontro de Aposentados e Pré-Aposentáveis

Em Outubro/2015 houve **alteração regulamentar no Plano de Benefícios SERGUS BD**, incluindo o Teto de Salário de Participação e a retirada da previsão das contribuições que devem ser aportadas pelos membros do Plano de Benefícios e transfere esse dispositivo para o Plano de Anual de Custeio.



11ª Caminhada dos Aposentados e Pré-Aposentáveis

No dia 12/12/2015, com o objetivo de buscar a integração e o conagraçamento entre seus participantes, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, o Sergus promoveu a **11ª Caminhada dos Aposentados e Pré-Aposentáveis**. Pelo segundo ano, os participantes do evento tiveram a oportunidade de desfrutar ao lado de seus familiares e amigos, momentos de alegria e descontração incentivados pela banda *Frevo 10 de Maruim* que tocou lindas canções de frevo e marchinhas carnavalescas. No final, servimos o tradicional café nordestino, sorteio de vários brindes e bicicletas para incentivo a boa prática de esporte.

## Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras, elaboradas em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras, foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e Deliberativo em reuniões realizadas em 20 e 23 de maio de 2016, respectivamente, após emissão de parecer favorável do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho Deliberativo, não havendo apontamentos nem recomendações dos respectivos órgãos estatutários.

### Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2015

Ativo	Exercício		Passivo	R\$ Mil Exercício	
	2015	2014		2015	2014
<b>Disponível</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>Exigível Operacional</b>	<b>717</b>	<b>542</b>
			Gestão Previdencial	267	116
			Gestão Administrativa	422	404
			Investimentos	28	22
<b>Realizável</b>	<b>618.359</b>	<b>557.773</b>	<b>Exigível Contingencial</b>	<b>21.433</b>	<b>15.945</b>
Gestão Previdencial	1.065	716	Gestão Previdencial	21.428	15.940
Gestão Administrativa	17	15	Gestão Administrativa	5	5
<b>Investimentos</b>	<b>617.277</b>	<b>557.042</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>596.521</b>	<b>541.581</b>
Títulos Públicos	284.206	176.708	<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>594.615</b>	<b>540.195</b>
Créditos Privados e Depósitos	66.025	54.408	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>724.909</b>	<b>569.246</b>
Ações	5.555	10.091	Benefícios Concedidos	365.104	189.942
Fundos de Investimento	218.853	276.723	Benefícios a Conceder	359.805	423.448
Investimentos Imobiliários	36.014	32.682	( - ) Prov. Matemáticas a Constituir	0	-44.144
Empréstimos e Financiamentos	6.624	6.430	<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>-130.294</b>	<b>-29.051</b>
			Resultados Realizados	-130.294	-29.051
<b>Permanente</b>	<b>304</b>	<b>294</b>	( - ) Déficit Técnico Acumulado	-130.294	-29.051
Imobilizado	204	211	<b>Fundos</b>	<b>1.906</b>	<b>1.386</b>
Intangível	0	2	Fundos Administrativos	1.262	937
Diferido	100	81	Fundos dos Investimentos	644	449
<b>Total do Ativo</b>	<b>618.671</b>	<b>558.068</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>618.671</b>	<b>558.068</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Em 31 de dezembro de 2015

Descrição		Exercício		R\$ Mil
		2015	2014	Variacão (%)
<b>A) Patrimônio Social – início do exercício</b>		<b>541.581</b>	<b>486.122</b>	<b>11,41</b>
<b>1. Adições</b>		<b>87.883</b>	<b>73.021</b>	<b>20,35</b>
(+)	Contribuições Previdenciais	12.062	10.469	15,22
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	72.006	59.245	21,54
(+)	Receitas Administrativas	3.531	3.067	15,13
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	89	82	8,54
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	195	158	23,42
<b>2. Destinações</b>		<b>-32.943</b>	<b>-17.562</b>	<b>87,58</b>
(-)	Benefícios	-22.861	-14.592	56,67
(-)	Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-6.787	-258	2.530,62
(-)	Despesas Administrativas	-3.294	-2.707	21,68
(-)	Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	-1	-5	-80,00
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>		<b>54.940</b>	<b>55.459</b>	<b>-0,94</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	155.663	1.914	8.032,86
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-101.243	52.950	-291,20
(+/-)	Fundos Administrativos	325	437	-25,63
(+/-)	Fundos dos Investimentos	195	158	23,42
<b>4. Operações Transitórias</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)</b>		<b>596.521</b>	<b>541.581</b>	<b>10,14</b>

As notas explicativas s o parte integrante das demonstraç es contábeis.

## Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - Plano Sergus

Em 31 de dezembro de 2015

Descrição		Exercício		R\$ Mil
		2015	2014	Variac�o (%)
<b>A) Ativo Líquido – in�cio do exercício</b>		<b>540.195</b>	<b>485.331</b>	<b>11,30</b>
<b>1. Adiç�es</b>		<b>86.197</b>	<b>71.561</b>	<b>20,45</b>
(+)	Contribuiç�es	14.191	12.316	15,22
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	72.006	59.245	21,54
<b>2. Destinaç�es</b>		<b>-31.777</b>	<b>-16.697</b>	<b>90,32</b>
(-)	Benefícios	-22.861	-14.592	56,67
(-)	Constituição L�quida de Conting�ncias – Gestão Previdencial	-6.787	-258	2.530,62
(-)	Custeio Administrativo	-2.129	-1.847	15,27
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>		<b>54.420</b>	<b>54.864</b>	<b>-0,81</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	155.663	1.914	8.032,86
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-101.243	52.950	-291,20
<b>4. Operações Transitórias</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4)</b>		<b>594.615</b>	<b>540.195</b>	<b>10,07</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>		<b>1.906</b>	<b>1.386</b>	<b>37,52</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	1.262	937	34,69
(+/-)	Fundos dos Investimentos	644	449	43,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido - Plano Sergus BD

Em 31 de dezembro de 2015

Descrição	Exercício		R\$ Mil
	2015	2014	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>618.650</b>	<b>557.956</b>	<b>10,88</b>
Disponível	7	1	600,00
Recebível	2.332	1.657	40,74
Investimento	616.311	556.298	10,79
Títulos Públicos	284.206	176.708	60,83
Créditos Privados e Depósitos	66.025	54.408	21,35
Ações	5.555	10.091	-44,95
Fundos de Investimento	217.887	275.979	-21,05
Investimentos Imobiliários	36.014	32.682	10,20
Empréstimos e Financiamentos	6.624	6.430	3,02
<b>2. Obrigações</b>	<b>22.129</b>	<b>16.375</b>	<b>35,14</b>
Operacional	701	435	61,15
Contingencial	21.428	15.940	34,43
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.906</b>	<b>1.386</b>	<b>37,52</b>
Fundos Administrativos	1.262	937	34,69
Fundos dos Investimentos	644	449	43,43
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>594.615</b>	<b>540.195</b>	<b>10,07</b>
Provisões Matemáticas	724.909	569.246	27,35
Superávit/Déficit Técnico	-130.294	-29.051	348,50
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
<b>a) Equilíbrio Técnico</b>	<b>-130.294</b>	<b>-29.051</b>	<b>348,50</b>
<b>b) (+/-) Ajuste de Precificação</b>	<b>44.735</b>	<b>29.051</b>	<b>53,99</b>
<b>c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)</b>	<b>-85.559</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

Em 31 de dezembro de 2015

Descrição	R\$ Mil		
	Exercício		Variação (%)
	2015	2014	
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>937</b>	<b>500</b>	<b>87,40</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>3.620</b>	<b>3.149</b>	<b>14,96</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>3.620</b>	<b>3.149</b>	<b>14,96</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.129	1.847	15,27
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.367	1.157	18,15
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	34	35	-2,86
Receitas Diretas	1	28	-96,43
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	89	82	8,54
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>3.294</b>	<b>2.707</b>	<b>21,68</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>1.893</b>	<b>1.517</b>	<b>24,79</b>
Pessoal e encargos	1.048	870	20,46
Treinamentos/congressos e seminários	30	18	66,67
Viagens e estadias	19	6	216,67
Serviços de terceiros	435	312	39,42
Despesas gerais	129	122	5,74
Depreciações e amortizações	25	16	56,25
Tributos	205	173	18,50
Outras Despesas	2	0	-
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>1.401</b>	<b>1.190</b>	<b>17,73</b>
Pessoal e encargos	884	719	22,95
Treinamentos/congressos e seminários	22	18	22,22
Viagens e estadias	6	4	50,00
Serviços de terceiros	321	300	7,00
Despesas gerais	112	107	4,67
Depreciações e amortizações	24	15	60,00
Tributos	32	27	18,52
<b>2.3. Administração Assistencial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>2.4. Outras Despesas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>-80,00</b>
<b>4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>325</b>	<b>437</b>	<b>-25,63</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>325</b>	<b>437</b>	<b>-25,63</b>
<b>8. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>	<b>1.262</b>	<b>937</b>	<b>34,69</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Plano Sergus BD

Em 31 de dezembro de 2015

Descrição	Exercício		Variação (%)
	2015	2014	
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>937</b>	<b>500</b>	<b>87,40</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>3.620</b>	<b>3.149</b>	<b>14,96</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>3.620</b>	<b>3.149</b>	<b>14,96</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.129	1.847	15,27
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.367	1.157	18,15
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	34	35	-2,86
Receitas Diretas	1	28	-96,43
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	89	82	8,54
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>3.294</b>	<b>2.707</b>	<b>21,68</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>1.893</b>	<b>1.517</b>	<b>24,79</b>
<b>2.1.1. Despesas Comuns</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>2.1.2. Despesas Específicas</b>	<b>1.893</b>	<b>1.517</b>	<b>24,79</b>
Pessoal e encargos	1.048	870	20,46
Treinamentos/congressos e seminários	30	18	66,67
Viagens e estadias	19	6	216,67
Serviços de terceiros	435	312	39,42
Despesas gerais	129	122	5,74
Depreciações e amortizações	25	16	56,25
Tributos	205	173	18,50
Outras Despesas	2	0	-
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>1.401</b>	<b>1.190</b>	<b>17,73</b>
<b>2.2.1. Despesas Comuns</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>2.2.2. Despesas Específicas</b>	<b>1.401</b>	<b>1.190</b>	<b>17,73</b>
Pessoal e encargos	884	719	22,95
Treinamentos/congressos e seminários	22	18	22,22
Viagens e estadias	6	4	50,00
Serviços de terceiros	321	300	7,00
Despesas gerais	112	107	4,67
Depreciações e amortizações	24	15	60,00
Tributos	32	27	18,52
<b>2.3. Outras Despesas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>-80,00</b>
<b>4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>325</b>	<b>437</b>	<b>-25,63</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>325</b>	<b>437</b>	<b>-25,63</b>
<b>8. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>	<b>1.262</b>	<b>937</b>	<b>34,69</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração das Provisões Técnicas - Plano Sergus BD

Em 31 de dezembro de 2015

Descrição	Exercício		R\$ Mil
	2015	2014	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>617.388</b>	<b>557.019</b>	<b>10,84</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>724.909</b>	<b>569.246</b>	<b>27,35</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>365.104</b>	<b>189.942</b>	<b>92,22</b>
Benefício Definido	365.104	189.942	92,22
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>359.805</b>	<b>423.448</b>	<b>-15,03</b>
Benefício Definido	359.805	423.448	-15,03
<b>1.3. ( - ) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>0</b>	<b>-44.144</b>	<b>-100,00</b>
( - ) Déficit Equacionado	0	-44.144	-100,00
( - ) Patrocinador(es)	0	-17.931	-100,00
( - ) Participantes	0	-19.055	-100,00
( - ) Assistidos	0	-7.158	-100,00
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>-130.294</b>	<b>-29.051</b>	<b>348,50</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>-130.294</b>	<b>-29.051</b>	<b>348,50</b>
( - ) Déficit Técnico Acumulado	-130.294	-29.051	348,50
<b>2.2. Resultado a Realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>644</b>	<b>449</b>	<b>43,43</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial</b>	<b>644</b>	<b>449</b>	<b>43,43</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>701</b>	<b>435</b>	<b>61,15</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>555</b>	<b>279</b>	<b>98,92</b>
<b>4.2. Investimentos – Gestão Previdencial</b>	<b>146</b>	<b>156</b>	<b>-6,41</b>
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>21.428</b>	<b>15.940</b>	<b>34,43</b>
<b>5.1. Gestão Previdencial</b>	<b>21.428</b>	<b>15.940</b>	<b>34,43</b>
<b>5.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 1. Contexto Operacional

O Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, nos termos da legislação vigente, constituída sob a forma de sociedade civil e, tendo como finalidade a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social, patrocinados isolada, ou conjuntamente, por empresas integrantes do plano, conforme definido em legislação específica, no Estatuto e no Regulamento.

A Entidade foi fundada em 13 de junho de 1980, com a aprovação do seu estatuto pela Portaria Ministerial MPAS nº 2.162, tendo como patrocinadora principal o Banco do Estado de Sergipe S.A.- BANESE, e conveniadas a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese - CASSE, BANESE Administradora e Corretora de Seguros Ltda e o próprio Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS. Administra um único Plano de Benefícios denominado Plano SERGUS, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), Cadastro Nacional de Plano de Benefícios - CNPB nº 19.800.010-65, idade média populacional dos ativos 46 anos, assistidos 60 anos e pensionistas 65 anos, cuja composição em 31/12/2015 está assim representada: participantes ativos (746), assistidos e pensionistas (549).

Os recursos que a Entidade dispõe para administrar o Plano de Benefícios (Plano SERGUS) são provenientes de contribuições das patrocinadoras, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos no mercado financeiro. As aplicações obedecem ao disposto na Política de Investimentos do SERGUS e na legislação em vigor, especialmente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e alterações posteriores.

As atividades da Entidade são regidas de acordo com as Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29/05/2001, relativos às entidades fechadas de previdência complementar. Por subordinação, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154 publicada em 23.12.2009, que visa fiscalizar e supervisionar as atividades das entidades. Obedece também aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Receita Federal do Brasil - RFB e Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### 2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Entidade e foram elaboradas de acordo com a padronização, critérios, normas e procedimentos contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Resolução MPS/CNPC Nº 8, de 31/10/2011, em vigor a partir 16/12/2011 e alterações posteriores e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, em vigor a partir de 01/01/2010 e alterações posteriores. Os citados normativos são estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC e do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Os demonstrativos contábeis exigidos pela legislação em vigor são:

#### a) Balanço Patrimonial (BP)

Evidencia de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de gestão administrativa e de benefícios previdenciários administrados pelo SERGUS, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

#### b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

Evidencia de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social ao final de cada exercício.

#### c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Evidencia de forma consolidada a atividade administrativa da entidade, demonstrando as alterações do fundo administrativo ao final de cada exercício.

#### d) Demonstração do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios (DAL)

Evidencia de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios e apresenta a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, ao final de cada exercício.

#### e) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios (DMAL)

Evidencia de forma individualizada as modificações sofridas pelo ativo líquido dos planos de benefícios ao final de cada exercício.

## **f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)**

Evidencia de forma individualizada a composição de todo Passivo dos planos de benefícios considerados como Provisões Técnicas ao final de cada exercício.

### **3. Principais Práticas Contábeis**

A Planificação Contábil Padrão ora praticada de conformidade com a Resolução MPS/CNPC Nº 8/2011 e alterações posteriores, Instrução MPS/SPC nº 34/2009 e alterações posteriores, objetiva atender aos aspectos patrimoniais do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, segregando os diversos recursos existentes de forma distinta e consistente, visando demonstrar com transparência a apuração dos resultados, além de controlar as migrações de recursos entre as diferentes Gestões e Planos. Também inclui os aspectos definidos pela Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25/09/2006, a Resolução CGPC nº 15, de 23/08/2005 e a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC Nº 02, de 03/03/2011.

Quanto aos critérios e limites para custeio das despesas administrativas, a Entidade obedeceu às regras definidas na Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

Quanto aos procedimentos na apuração do resultado e no equacionamento de déficit, segue as regras estabelecidas na Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008 e alterações posteriores.

### **3.1. Apresentação da Estrutura Contábil**

#### **Segregação por Planos**

A contabilidade é elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos por ela administrados, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, de modo a produzir balancetes mensais distintos, além do consolidado. O Plano de Gestão Administrativa – PGA trata-se de um ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma do seu regulamento.

#### **Segregação entre Gestões**

A estrutura contábil está segregada em 4 (quatro) atividades, formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização das funções das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, quais sejam:

#### **a) Gestão Previdencial**

É o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a contribuições (patronais, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados) e benefícios previdenciários. A contabilização dos eventos oriundos da Gestão Previdencial é efetuada totalmente segregada por plano de benefícios e registradas pelo regime de competência.

As contribuições patronais acima mencionadas são de importância financeira igual as dos participantes ativos que são calculadas com base no que preceitua o regulamento do plano de benefícios. No exercício de 2015, conforme avaliação atuarial, o custo total do plano de benefício ficou em 23,60% dos Salários de Participação dos Participantes, observado o disposto no art. 6º da Lei Complementar 108/2001.

As contribuições dos participantes assistidos representam 15% do valor do benefício conforme regulamento do plano.

#### **a.1. Provisões**

##### **a.1.1. Contribuições sobre 13º Salário**

São constituídas mensalmente na base de 1/12 (um doze avos), a título de provisão de receitas de contribuições de participantes e patrocinadoras, sobre o 13º salário dos participantes ativos.

##### **a.1.2. Benefícios e Contribuições sobre Abono Anual**

São constituídas mensalmente na base de 1/12 (um doze avos) sobre os benefícios pagos, a título de provisão de despesas para pagamento do abono anual; e, na mesma base, sobre as contribuições dos participantes assistidos, a título de provisão de receita de contribuição sobre o abono anual.

##### **a.1.3. Contribuições sobre ISC – Índice de Salários Concentrados**

São constituídas mensalmente na base de 1/6 (um sexto), a título de provisão de receitas de contribuições da patrocinadora Banese e participantes ativos e autopatrocinados, a ela vinculados, sobre a Gratificação Semestral (ISC).

#### **a.2. Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas ao longo do exercício de 2015 foram constituídas por meio de cálculos atuariais

efetuados pela empresa de consultoria, Conde Consultoria Atuarial Ltda, que tomando por referência a base de dados correspondente à posição de 31/12/2015 e em observância as normas de atuária pertinentes, bem assim as características do regulamento do Plano SERGUS, elaborou a avaliação atuarial para aquela data.

## **b) Gestão Administrativa**

É o ambiente contábil que mantém o registro dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a receitas e despesas administrativas, bem como o ativo permanente, necessários à execução do plano de benefícios administrado pelo SERGUS.

### **b.1. Ativo Permanente**

Registra o valor contábil de direitos e bens imobilizados, representados pelo valor líquido, além de aplicações de recursos em despesas do PGA que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas anuais estabelecidas em função do tempo de vida útil na aquisição, com base nas seguintes alíquotas:

Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Ventiladores - Refrigeradores de Ar	25%
Computadores e Periféricos	20%

No Diferido (Fomento) estão registrados os gastos com a instituição de novo plano de benefícios, cujo diferimento está condicionado à comprovação, por meio de estudo de viabilidade, da capacidade (potencial) do plano de benefícios de gerar receitas suficientes para cobrir suas respectivas despesas administrativas e à existência de recursos suficientes no Fundo Administrativo, sendo os gastos amortizados em até 60 (sessenta) meses contados a partir da data da aprovação do plano pela PREVIC.

## **c) Investimentos**

Grupo de contas contábeis destinado ao gerenciamento das aplicações de recursos oriundos da Gestão Previdencial e da Gestão Administrativa. A contabilização dos eventos relacionados aos investimentos financeiros é efetuada em contas específicas dentro de cada ambiente contábil, ou seja, recursos previdenciais na Gestão Previdencial e recursos administrativos na Gestão Administrativa.

### **c.1. Ativos de Renda Fixa e Renda Variável**

Em atendimento à Resolução CGPC nº 04/2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, a saber:

- Títulos para negociação – Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado.
- Títulos mantidos até o vencimento – Exceto as ações não resgatáveis, os títulos e valores mobiliários, para os quais haja intenção e capacidade financeira para a sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

#### **c.1.1. Ativos de Renda Fixa**

São operações com rendas definidas, podendo ser pré-fixadas e pós-fixadas, praticadas no mercado financeiro, calculadas com base nas taxas pactuadas pelos gestores junto às instituições financeiras. Para a avaliação dos ativos de renda fixa são observadas as legislações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os ativos com taxas pré-fixadas quando da sua aquisição, são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado, incluídas as corretagens e os emolumentos, sendo evidenciado o ágio e o deságio e, quando for o caso, os juros decorridos, observando-se o critério pró-rata temporis, em função do prazo decorrido.

Os ativos com taxas pós-fixadas quando da sua aquisição, são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado, incluídas as corretagens e os emolumentos, sendo evidenciado o ágio e o deságio, a atualização do valor de emissão do ativo e, quando for o caso, os juros decorridos, observando-se o critério pró-rata temporis, em função do prazo decorrido.

A apropriação do ágio, do deságio, dos rendimentos ou encargos mensais, é efetuada mediante a utilização do método exponencial, admitindo-se a apropriação segundo o método linear naquelas contratadas com cláusula de juros simples.

Os rendimentos ou os encargos são apropriados mensalmente, a crédito ou a débito de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", em razão do prazo decorrido, admitindo-se a apropriação em períodos inferiores a um mês.

No ajuste do valor do ativo ao valor de mercado, os acréscimos e decréscimos apurados em relação ao critério pró-rata temporis são registrados em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas".

### **c.1.2. Ativos de Renda Variável**

As ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, e avaliadas pelo valor de mercado, observando-se a legislação estabelecida pela CVM. A diferença apurada entre o valor contábil e a avaliação é registrada em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", admitindo-se a compensação.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficar ex-dividendos.

As vendas de ações no mercado à vista são registradas pelo valor líquido, abatendo-se do valor de venda as taxas e corretagens.

## **c.2. Fundos de Investimentos**

As cotas de fundos de investimentos quando da sua aquisição são contabilizadas pelo valor efetivamente desembolsado, incluindo, quando for o caso, taxas e emolumentos, e são avaliadas observando-se a legislação estabelecida pela CVM. A diferença apurada entre o valor contábil e a avaliação é registrada em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", admitindo-se a compensação.

## **c.3. Investimentos Imobiliários**

Constituídos por bens imóveis destinados a gerar receitas de aluguéis mediante celebração de contrato específico. Os imóveis são registrados pelo custo de aquisição, incluindo honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre a operação.

As avaliações imobiliárias são realizadas, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos, a cada três anos, por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, através de emissão de laudo técnico em conformidade com as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, além de conter as informações mínimas no seu preenchimento.

O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, é contabilizado, de uma única vez, em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Caso a reavaliação dos investimentos imobiliários seja realizada com periodicidade superior a um ano, deve-se contabilizar a depreciação mensalmente, em conta redutora analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida "Deduções/Variações Negativas"; em caso de reavaliação anual, fica dispensado o registro da depreciação.

Para o registro da depreciação considera-se o valor da última avaliação, que é calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente, constante do laudo de avaliação.

## **c.4. Operações com Participantes**

Registra o valor do principal das operações de empréstimos simples concedidos aos participantes e estão acrescidas dos rendimentos financeiros pactuados em contrato, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados na conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de "Rendas/Variações Positivas", pelo regime de competência.

## **d) Gestão Assistencial**

É o ambiente contábil destinado ao registro contábil dos fatos relativos aos planos de benefícios de assistência à saúde, registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Não aplicável ao SERGUS.

## **Segregação de Fundo Administrativo por Planos**

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC Nº 8/2011, a contabilização dos eventos administrativos estão sendo efetuadas em ambiente contábil específico, denominado Plano de Gestão Administrativa – PGA, cujo patrimônio que compõe o Fundo Administrativo está segregado por plano de benefícios, ou seja, o PGA é executado de forma consolidada e também, de forma segregada por plano de benefícios, dentro do próprio PGA. Ao final de cada mês, a parcela equivalente à participação de cada plano de benefícios no Fundo Administrativo é registrada nos respectivos planos nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, sem causar qualquer efeito no resultado da atividade previdencial. Uma vez que o Fundo Administrativo é demonstrado no PGA, bem como, em cada plano de benefícios, na elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, o efeito desse fundo é anulado, permanecendo apenas o saldo no PGA.

#### 4. Realizável - Gestão Previdencial e Administrativa

Descrição	R\$ Mil	
	2015	2014
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>1.065</b>	<b>716</b>
<b>Recursos a Receber</b>	<b>993</b>	<b>704</b>
<b>Contribuições do Mês</b>	<b>5</b>	<b>2</b>
Assistidos	1	0
Autopatrocinados	4	2
<b>Contribuições em Atraso</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
Autopatrocinados	4	0
<b>Outros Recursos a Receber</b>	<b>984</b>	<b>702</b>
Contribuições ISC - Índice Salário Concentrado	984	702
<b>Adiantamentos</b>	<b>0</b>	<b>11</b>
Adiantamentos de Benefícios	0	11
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>72</b>	<b>1</b>
Adiantamentos de Benefícios	72	1
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>17</b>	<b>15</b>
<b>Contas a Receber</b>	<b>14</b>	<b>13</b>
Responsabilidade de Terceiros	14	13
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
Outras Despesas Antecipadas	2	1
<b>Tributos a Compensar</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Incidentes s/Atividade Fim da Entidade	1	1

O montante de R\$ 1.065 mil, registrado em 2015 no Realizável – Gestão Previdencial, representa o valor líquido dos direitos a receber a título de contribuições do mês e provisão de contribuições sobre gratificação semestral, após deduzir R\$ 6 mil da rubrica “Outros Recursos a Receber”, relativos às contribuições a receber do PGA, provisionadas sobre a gratificação semestral dos dirigentes da entidade cedidos pela patrocinadora Banese. Em 2014, a redução foi de R\$ 4 mil, para fins de anulação de direitos e obrigações entre os planos nas demonstrações contábeis consolidadas.

A rubrica Depósitos Judiciais/Recursais, está representada por depósitos efetuados a favor de participantes demandantes de ações de expurgo inflacionário (reserva de poupança) e honorários advocatícios/periciais, com posição na data do balanço em R\$ 72 mil (2015) e R\$ 1 mil (2014).

O montante de R\$ 17 mil, registrado em 2015 no Realizável – Gestão Administrativa representa o valor líquido após deduzir R\$ 408 mil da rubrica “Contas a Receber”, correspondentes ao Custeio Administrativo da Gestão Previdencial de R\$ 288 mil, ao Custeio Administrativo dos Investimentos de R\$ 119 mil, para fins de ajustes e eliminações de direitos e obrigações entre os planos na consolidação das demonstrações contábeis. Em 2014, a redução foi de R\$ 299 mil, sendo R\$ 163 mil do Custeio Administrativo da Gestão Previdencial; R\$ 125 mil do Custeio Administrativo dos Investimentos e R\$ 11 mil do ressarcimento do plano de benefícios por pagamento indevido.

#### 5. Investimentos

##### a) Composição dos Investimentos

##### Plano SERGUS de Benefícios - BD

Descrição	R\$ Mil	
	2015	2014
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>284.206</b>	<b>176.708</b>
Títulos Públicos Federais	284.206	176.708
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>66.025</b>	<b>54.408</b>
Instituições Financeiras (LFS)	15.635	12.246
Patrocinador (es) (LFS)	50.390	42.162
<b>AÇÕES</b>	<b>5.555</b>	<b>10.091</b>
Patrocinador (es)	5.555	10.091
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>217.887</b>	<b>275.979</b>
Renda Fixa	4.820	6.501
Ações	8.211	44.339
Multimercado	204.856	225.139
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>36.014</b>	<b>32.682</b>
Aluguéis e Renda	36.014	32.682
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>6.624</b>	<b>6.430</b>
Empréstimos	6.624	6.430
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>616.311</b>	<b>556.298</b>

**Plano de Gestão Administrativa - PGA**

Descrição	R\$ Mil	
	Exercício	
	2015	2014
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>966</b>	<b>744</b>
Renda Fixa	966	744
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>966</b>	<b>744</b>
<b>TOTAL CONSOLIDADO DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>617.277</b>	<b>557.042</b>

**b) Categorias dos Títulos**
**b.1. Títulos para negociação**
**Plano SERGUS de Benefícios - BD**

DESCRICHÃO	R\$ Mil							
	Exercício							
			2015		2014			
Natureza	Venc	Custo histórico de aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado	Venc	Custo histórico de aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
<b>AÇÕES</b>		<b>2.888</b>	<b>5.555</b>	<b>5.555</b>		<b>2.888</b>	<b>10.091</b>	<b>10.091</b>
<b>Patrocinador(es)</b>		<b>2.888</b>	<b>5.555</b>	<b>5.555</b>		<b>2.888</b>	<b>10.091</b>	<b>10.091</b>
Banco do Estado de Sergipe S/A (1)	-	2.888	5.555	5.555	-	2.888	10.091	10.091
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO (2)</b>		<b>171.424</b>	<b>217.887</b>	<b>217.887</b>		<b>212.370</b>	<b>275.979</b>	<b>275.979</b>
<b>Renda Fixa</b>		<b>2.913</b>	<b>4.820</b>	<b>4.820</b>		<b>4.850</b>	<b>6.501</b>	<b>6.501</b>
FI RF – BTG Pactual Emissões Primárias II	-	913	1.423	1.423	-	1.510	1.882	1.882
FIDC – Sul Invest Multisetorial	-	2.000	3.397	3.397	-	2.000	2.843	2.843
FIDC – Multisetorial Valor	-	0	0	0	-	1.340	1.776	1.776
<b>Ações</b>		<b>7.341</b>	<b>8.211</b>	<b>8.211</b>		<b>42.229</b>	<b>44.339</b>	<b>44.339</b>
FIA- Oceana Valor	-	0	0	0	-	6.955	7.866	7.866
FIA – Opus Ações	-	0	0	0	-	5.874	6.319	6.319
FIA – Guepardo Institucional FIC	-	0	0	0	-	4.000	4.002	4.002
FIA – Studio FIC	-	7.341	8.211	8.211	-	7.341	7.751	7.751
FIA – Victoire Dividendos	-	0	0	0	-	2.000	1.547	1.547
FIA – WA Dividend Yield	-	0	0	0	-	4.500	4.367	4.367
FIA – BTG Pactual Dividendos II FIQ FIA	-	0	0	0	-	5.188	5.735	5.735
FIA – Bozano Fundamental FIA	-	0	0	0	-	6.371	6.752	6.752
<b>Multimercado</b>		<b>161.170</b>	<b>204.856</b>	<b>204.856</b>		<b>165.291</b>	<b>225.139</b>	<b>225.139</b>
FIM Exclusivo – Mercatto Acaju Previdenciário	-	71.888	74.363	74.363	-	44.109	56.077	56.077
FIM Exclusivo – Fator Pirambu	-	29.098	48.047	48.047	-	35.778	57.507	57.507
FIM Exclusivo – GAP Poxim (3)	-	43.809	60.858	60.858	-	41.538	64.267	64.267
FIM Estruturado – Oceana Long Short	-	4.915	7.816	7.816	-	4.915	7.061	7.061
FIM Estruturado – BBM Equity Hedge FIC FIM	-	0	0	0	-	7.500	7.834	7.834
FIM Estruturado – Brasil Plural Equity Hedge 30 FIC FIM	-	5.000	6.124	6.124	-	5.000	5.248	5.248
FIM Estruturado – BTG Pactual Hedge Plus FIM	-	0	0	0	-	5.063	5.024	5.024
FIM Estruturado – BTG Pactual Equity Hedge FIM	-	0	0	0	-	5.128	5.341	5.341
FIM Estruturado – GAP Absoluto FIC FIM	-	0	0	0	-	7.500	7.581	7.581
FIM Estruturado – Safra Galileo FIM	-	0	0	0	-	2.300	2.515	2.515
FIM Institucional – Brasil Plural Institucional 15 FIC FIM	-	6.460	7.648	7.648	-	6.460	6.685	6.685
<b>TOTAL - TÍTULOS P/ NEGOCIAÇÃO</b>		<b>174.312</b>	<b>223.442</b>	<b>223.442</b>		<b>215.258</b>	<b>286.070</b>	<b>286.070</b>

(1) O valor de mercado das ações é obtido através do preço de fechamento do último pregão divulgado pela BM&FBovespa.

(2) O valor de mercado das cotas é obtido diretamente com os administradores dos fundos.

(3) O FIM Exclusivo -- GAP Poxim possui em sua carteira de renda fixa o título Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), cujas premissas utilizadas para avaliação desse ativo considerado ilíquido de acordo com manual de marcação a mercado do administrador, são determinadas pela taxa de mercado usando o spread de crédito do último negócio registrado. Na inexistência de dados suporte para avaliação a mercado desse ativo, o título será precificado de acordo com a curva do papel.

### Plano de Gestão Administrativa—PGA

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2015			2014					
	Natureza	Venc	Custo histórico de aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado	Venc	Custo histórico de aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO (1)</b>			<b>951</b>	<b>966</b>	<b>966</b>		<b>603</b>	<b>744</b>	<b>744</b>
<b>Renda Fixa</b>			<b>951</b>	<b>966</b>	<b>966</b>		<b>603</b>	<b>744</b>	<b>744</b>
FI RF - Bozano Top	-		0	0	0	-	216	352	352
FI RF – Bozano Rendimento	-		951	966	966	-	387	392	392
<b>TOTAL - TÍTULOS P/ NEGOCIAÇÃO</b>			<b>951</b>	<b>966</b>	<b>966</b>		<b>603</b>	<b>744</b>	<b>744</b>

(1) O valor de mercado das cotas é obtido diretamente com os administradores dos fundos.

### b.2. Títulos mantidos até o vencimento

#### Plano SERGUS de Benefícios - BD

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício								
	2015				2014				
	Natureza	Venc	Custo histórico de aquisição (1)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Venc	Custo histórico de aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
<b>TÍTULOS PÚBLICOS (2)</b>			<b>222.929</b>	<b>284.206</b>	<b>276.469</b>		<b>124.009</b>	<b>176.708</b>	<b>189.346</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>			<b>222.929</b>	<b>284.206</b>	<b>276.469</b>		<b>124.009</b>	<b>176.708</b>	<b>189.346</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/05/2015		0	0	0	15/05/2015	15.466	27.382	27.950
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/08/2016		19.994	20.592	20.744	-	0	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/05/2017		8.022	14.364	14.736	15/05/2017	8.022	12.727	13.458
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/05/2019		94.391	97.895	97.368	-	0	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/08/2024		9.996	18.533	19.204	15/08/2024	9.995	16.595	18.706
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/08/2030		10.075	13.537	12.375	15/08/2030	10.075	12.228	12.392
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/08/2040		23.862	29.159	24.172	15/08/2040	23.862	26.388	24.888
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/05/2045		56.589	90.126	87.870	15/05/2045	56.589	81.388	91.952
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>			<b>58.128</b>	<b>66.025</b>	<b>67.318</b>		<b>35.000</b>	<b>54.408</b>	<b>54.774</b>
<b>Instituições Financeiras (3)</b>			<b>11.130</b>	<b>15.635</b>	<b>15.919</b>		<b>10.000</b>	<b>12.246</b>	<b>12.596</b>
LFS – Banco de Brasília S/A	29/04/2020		10.000	14.431	14.935	29/04/2020	10.000	12.246	12.596
LFS – Banco Itaú S/A	14/11/2022		377	402	328	-	0	0	0
LFS – Banco Itaú S/A	14/11/2022		377	401	328	-	0	0	0
LFS – Banco Itaú S/A	14/11/2022		376	401	328	-	0	0	0
<b>Patrocinador(es) (4)</b>			<b>46.998</b>	<b>50.390</b>	<b>51.399</b>		<b>25.000</b>	<b>42.162</b>	<b>42.178</b>
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A (*)	24/07/2023		9.400	10.078	10.280	24/11/2016	5.000	8.433	8.436
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A (*)	24/07/2023		9.400	10.078	10.280	24/11/2016	5.000	8.433	8.436
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A (*)	24/07/2023		9.400	10.078	10.280	24/11/2016	5.000	8.432	8.436
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A (*)	24/07/2023		9.399	10.078	10.280	24/11/2016	5.000	8.432	8.435
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A (*)	24/07/2023		9.399	10.078	10.279	24/11/2016	5.000	8.432	8.435
<b>TOTAL - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO</b>			<b>281.057</b>	<b>350.231</b>	<b>343.787</b>		<b>159.009</b>	<b>231.116</b>	<b>244.120</b>

(1) Pela característica do papel, o custo histórico de aquisição espelha o valor de compra.

(2) O valor de mercado dos títulos públicos é obtido através da curva desses títulos corrigidos pelo IPCA, gerada a partir das taxas indicativas para NTN-B divulgadas diariamente pela ANBIMA, índice IPC-A divulgado pelo IBGE e projeção de IPCA divulgado pela ANBIMA.

(3) A marcação a mercado é realizada descontando o valor futuro pela taxa de cupom de IPCA para o prazo da operação e o spread definido de acordo com as faixas de spreads em vigor.

(4) A marcação a mercado é realizada descontando o valor futuro pela taxa de cupom de INPC para o prazo da operação e o spread definido de acordo com as faixas de spreads em vigor.

(\*) Mediante ofício, a patrocinadora BANESE comunicou a necessidade de resgate antecipado das Letras Financeiras Subordinadas – LFS operacionalizado em 24/07/2015, cujo vencimento se daria em 24/11/2016. Nesta ocasião foram realizadas novas emissões com vencimento para 24/07/2023.

A administração da Entidade declara e atesta capacidade financeira para o carregamento dos títulos e valores mobiliários que compõem sua carteira na categoria "TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO", de acordo com o exposto nos artigos 1º e 9º da Resolução CGPC nº 04/2002.

### b.3. Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC Nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução nº 16, de 19/11/2014, e conforme Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015, o SERGUS estabeleceu como procedimento para cômputo do Equilíbrio Técnico Ajustado, no encerramento do exercício de 2015, o Ajuste de Precificação dos Ativos, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual de 4,99%, utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. O valor positivo da precificação dos ativos de R\$ 44.735 mil, contribuiu para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios. Em 2014, a taxa de juros real anual foi de 5,32% utilizada na avaliação atuarial e o valor apurado (positivo) da precificação dos ativos de R\$ 29.051 mil, foi destinado ao equacionamento do déficit, objeto do plano elaborado para essa finalidade.

Para fins de controle e o acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação no encerramento do exercício de 2015, segue abaixo as informações necessárias:

#### Títulos Objeto do Ajuste

Descrição	2015						2014						R\$ Mil
	Natureza	Quant	Venc	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil (A)	Valor Considerando Taxa de Juros Real (B)	Valor do Ajuste (B-A)	Quant	Venc	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil (A)	Valor Considerando Taxa de Juros Real (B)	
<b>TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS</b>				222.929	284.197	328.932	44.735			124.009	176.708	205.759	29.051
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	0	0	0	0	0	10.935	15/05/2015	15.466	27.382	27.682	300
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	7.320	15/08/2016	19.994	20.592	20.860	268	-	-	0	0	0	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	5.300	15/05/2017	8.022	14.364	14.996	632	5.300	15/05/2017	8.022	12.727	13.586	859	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	36.028	15/05/2019	94.391	97.888	103.739	5.851	-	-	0	0	0	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	7.350	15/08/2024	9.996	18.529	22.247	3.718	7.350	15/08/2024	9.995	16.595	19.772	3.177	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	4.900	15/08/2030	10.075	13.537	15.291	1.754	4.900	15/08/2030	10.075	12.228	13.440	1.212	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	9.900	15/08/2040	23.862	29.159	31.943	2.784	9.900	15/08/2040	23.862	26.388	27.728	1.340	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	37.205	15/05/2045	56.589	90.128	119.856	29.728	37.205	15/05/2045	56.589	81.388	103.551	22.163	
<b>MONTANTE - TÍTULOS P/AJUSTE</b>			222.929	284.197	328.932	44.735	75.590	-	124.009	176.708	205.759	29.051	

(\*) O valor contábil dos Títulos Públicos Federais da tabela acima, foi apurado através da planilha de cálculo do Ajuste de Precificação de Ativos disponibilizada pela PREVIC. Este valor diverge do constante no item 5 letra b.2 (Títulos Mantidos até o Vencimento), em função da metodologia de cálculo adotada pelo custodiante.

### c) Investimentos Imobiliários

#### c.1. Reavaliação de Imóveis

Em novembro de 2015, a Entidade procedeu à reavaliação dos imóveis que integram os investimentos imobiliários, através da empresa Engenheiras Associadas Ltda, CNPJ 05.485.699/0001-40, tendo como técnico responsável à engenheira civil Ana Luiza Carvalho de Almeida, CREA 4.764/D – 21ª região, que, em obediência as normas e diretrizes para Avaliação de Bens, exigidas na NBR 14653 – Parte 1 (Procedimentos Gerais) e Parte 2 (Imóveis Urbanos) da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

##### c.1.1. Métodos e Procedimentos Utilizados

###### Método

Para o cálculo do valor de mercado do imóvel avaliado adotou-se o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, conforme subitem 8.2.1 da NBR 14653-2, o qual se baseia no processo de inferência estatística, com adoção de modelo de regressão múltipla. Foram constituídos 02 modelos de equação com aplicação da Inferência Estatística, sendo o 1º para a determinação do valor do terreno e o 2º para o valor do imóvel comercial.

###### Procedimentos

Nas pesquisas efetuadas no mercado local, foram obtidos 40 elementos de terreno e 71 elementos de imóveis comerciais, utilizados efetivamente nos modelos desenvolvidos, relativos a ofertas de terrenos e de imóveis comerciais, respectivamente. Após os tratamentos, homogeneizações e testes através de estatística inferencial, foram desenvolvidos 02 (dois) modelos de regressão, onde as variáveis mostraram-se consistentes e significativas. Decorrente dessa reavaliação foi apurado o resultado positivo de R\$ 3.332 mil, contabilizado no mês de dezembro/2015 em conta do respectivo Ativo, em contrapartida da conta de Rendimentos/Variações Positivas, propiciando um aumento no segmento dos investimentos imobiliários com reflexo no Fluxo dos Investimentos e conseqüentemente no resultado do plano SERGUS de benefícios naquele exercício e, por conseguinte, nos exercícios futuros.

O resultado apurado na reavaliação anterior (2011 a 2014), realizada em outubro/2014 foi de R\$ R\$ 12.296 mil.

### Imóveis Reavaliados - 2015

Posição: Novembro/2015 R\$ Mil

Endereço do Imóvel	Cidade	Estado	Valor Contábil	Valor Reavaliado	Resultado da Reavaliação
Av. Augusto Maynard, 321 – São José	Aracaju	SE	4.980	5.503	523
Rua João Pessoa, 90/94 e 100 – Centro	Aracaju	SE	2.068	2.290	222
Rua Olímpio de Souza Campos Junior, 98–Inácio Barbosa	Aracaju	SE	2.828	3.125	297
Rua Sergipe, 432 – Siqueira Campos	Aracaju	SE	2.370	2.618	248
Av. Simeão Sobral, 708 – Santo Antonio	Aracaju	SE	2.341	2.569	228
Rua Gutenberg Chagas, 222 – Inácio Barbosa	Aracaju	SE	7.663	8.431	768
Av. Gentil Tavares da Mota, 320 – Ljs.01 e 02–G. Vargas	Aracaju	SE	1.236	1.362	126
Praça João Pessoa, 175 – Centro	Itabaiana	SE	2.877	3.176	299
Rua Dr. Laudelino Freire, 297 – Centro	Lagarto	SE	2.142	2.347	205
Praça 15 de Novembro, 1.137 – Centro	Capela	SE	827	910	83
Rua Capitão José Narciso, s/n. – Centro	Poço Verde	SE	432	468	35
Praça Pe. Caio Tavares, 13 – Centro	Japaratuba	SE	465	507	42
Rua Monsenhor Silveira, 276 – São José.	Aracaju	SE	893	985	92
Av. Barão de Maruim, 400 - Centro	Aracaju	SE	1.560	1.723	164
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>32.682</b>	<b>36.014</b>	<b>3.332</b>

#### d) Empréstimos a Participantes

A carteira de empréstimos a participantes está representada em 31/12/2015 pelo saldo de R\$ 6.624 mil, correspondente a um total de 389 contratos ativos, pactuados à taxa de INPC + 0,90%. Em 2014, o saldo total da carteira era de R\$ 6.430 mil com 442 contratos ativos.

## 6. Exigível Operacional e Contingencial

### a) Exigível Operacional

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2015	2014
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>267</b>	<b>116</b>
<b>Benefícios a Pagar</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
Benefícios de Prestação Continuada	3	1
<b>Retenções a Recolher</b>	<b>264</b>	<b>105</b>
Incidente s/Folha Benefícios – IRRF	262	105
Incidente s/Resgate de Contribuições – IRRF	2	0
Ações Movidas p/Participantes	0	0
Isenção Imposto de Renda	0	0
IRRF s/Benefícios	119	118
(-) DJE – Depósitos Judiciais	-119	-118
<b>Recursos Antecipados</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
Patrocinador(es)	0	5
Participantes	0	5
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>422</b>	<b>404</b>
<b>Contas a Pagar</b>	<b>394</b>	<b>371</b>
Pessoal e Encargos	314	262
Serviços de Terceiros	76	56
Fornecedores	4	49
Outras Contas a Pagar	0	4
<b>Retenções a Recolher</b>	<b>8</b>	<b>19</b>
Incidente s/Folha Empregados - IRRF/INSS	5	4
Incidente s/Folha Dirigentes - IRRF/INSS	0	3
Incidente s/Serviços de Terceiros -IRRF/INSS/CSLL/COFINS/PIS	3	12
<b>Tributos a Recolher</b>	<b>20</b>	<b>14</b>
Incidentes s/Atividade Fim da Entidade – COFINS/PIS	20	14
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>28</b>	<b>22</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>13</b>	<b>8</b>
Títulos Públicos Federais	13	8
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
Instituições Financeiras	1	1
Patrocinador(es)	3	2
<b>Ações</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Patrocinador(es)	0	1
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>5</b>	<b>7</b>
Renda Fixa	1	1
Ações	1	2
Multimercado	3	4
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Alugueis e Renda	1	1
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>6</b>	<b>2</b>
Empréstimos	6	2
<b>TOTAL</b>	<b>717</b>	<b>542</b>

O montante de R\$ 267 mil registrado em 2015 no Exigível Operacional – Gestão Previdencial, representa o valor líquido após deduzir da rubrica “Outras Exigibilidades” R\$ 288 mil correspondente ao Custeio Administrativo da Gestão Previdencial, enquanto que nos investimentos, a dedução foi de R\$ 119 mil referente ao Custeio Administrativo dos Investimentos, para fins de ajustes e eliminações de direitos e obrigações entre os planos da consolidação das demonstrações contábeis. Em 2014, a redução foi de R\$ 163 mil e R\$ 125 mil, referentes aos custeios acima e R\$ 11 mil do ressarcimento ao PGA por pagamento indevido.

O montante de R\$ 422 mil, registrado em 2015 no Exigível Operacional – Gestão Administrativa, representa o valor líquido após deduzir R\$ 6 mil da rubrica “Contas a Pagar”, relativos às contribuições a pagar ao plano de benefícios, provisionadas sobre a gratificação semestral dos dirigentes da entidade cedidos pela patrocinadora Banese. Em 2014, a redução foi de R\$ 4 mil, correspondente às contribuições acima, para fins de ajustes e eliminações de direitos e obrigações entre os planos da consolidação das demonstrações contábeis.

No Exigível Operacional – Gestão Administrativa – Contas a Pagar – Pessoal e Encargos, o montante de R\$ 314 mil corresponde às obrigações com pessoal próprio da Entidade, a título de férias e encargos sociais no valor de R\$ 93 mil, e com pessoal cedido pela patrocinadora BANESE (Diretoria Executiva), a título de férias, gratificação semestral, PLR e encargos sociais incidentes, no valor de R\$ 221 mil. Em 2014, os valores das obrigações com Pessoal e Encargos foram apurados, respectivamente para R\$ 262 mil, R\$ 81 mil e R\$ 181 mil, haja vista, a mudança na função e funcionamento da rubrica “Tributos a Recolher”, em decorrência da Instrução Previc nº 15, de 12/11/2014, vigente a partir de 1º de janeiro de 2015, ambas apuradas para fins de reapresentação de forma comparativa com o exercício de 2015.

No Exigível Operacional – Gestão Administrativa – Serviços de Terceiros, o montante de R\$ 76 mil correspondem às obrigações (líquidas do IRRF) com as contratações de fornecedores de diversos serviços. Em 2014, o referido Exigível foi apurado em R\$ 56 mil, haja vista, a mudança acima mencionada, para fins de reapresentação de forma comparativa com o exercício de 2015.

No Exigível Operacional – Gestão Administrativa – Fornecedores, o montante de R\$ 4 mil, correspondem às obrigações com fornecedores de energia, telecomunicações e demais fornecedores.

No Exigível Operacional – Gestão Administrativa – Tributos a Recolher, o montante de R\$ 20 mil, correspondem ao PIS/COFINS incidentes sobre a atividade da entidade. No exercício de 2014 essa rubrica foi apurada em R\$ 14 mil, para fins de reapresentação de forma comparativa com 2015, em função da mudança decorrente da IN/PREVIC nº 15, acima citada.

Nos Investimentos, a exceção de Empréstimos a Participantes (IOF a recolher), os demais valores a pagar referem-se à Taxa de Custódia/Cetip e IRRF/Contribuições a recolher.

## b) Exigível Contingencial

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2015	2014
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>21.428</b>	<b>15.940</b>
Provisão	21.428	15.940
<b>Processos Judiciais</b>	<b>21.428</b>	<b>15.940</b>
<b>Ações Movidas p/Participantes</b>	<b>21.428</b>	<b>15.940</b>
Assistidos	21.356	15.899
Abono de Aposentadoria	11.577	8.702
Excesso (SRB – USB)	9.777	7.197
Multa – Ação Rescisória	2	0
<b>Ex-Participantes</b>	<b>71</b>	<b>41</b>
Expurgo Inflacionário (Reserva de Poupança)	71	41
<b>Assessoria Jurídica/Pericial</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Honorários Advocatícios/Periciais	1	0
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
Provisão	5	5
<b>Processos Judiciais</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>Ações Trabalhistas</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
Movidas por Pessoal Terceirizado	5	5
<b>TOTAL</b>	<b>21.433</b>	<b>15.945</b>

A Entidade, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, com vistas na metodologia e critérios estabelecidos para classificação das ações judiciais quanto à probabilidade de perda provável, possível ou remota, em relação aos processos movidos por participantes assistidos, e de acordo com as instruções do CFC nº NBC T 19.7, Resolução nº 1.180/09 e CPC 25, provisionou ao longo de 2015, referente àquelas ações classificadas como “provável”, o equivalente a R\$ 6.787 mil, sendo: R\$ 4.173 mil (Abono), R\$ 2.580 mil (Excesso), R\$ 2 mil (Multas – Ação Rescisória), R\$ 29 mil (Expurgo Inflacionário – Reserva de Poupança) e R\$ 3 mil (Honorários Advocatícios/Periciais). Dos 06 (seis) processos de abono transitados em julgado com decisão desfavorável ao Sergus, um deles com valor de causa em R\$ 5.038 mil, promoveu a Entidade efetuar um depósito em juízo no dia 17/11/2015, no montante de R\$ 1.298 mil, sendo que a diferença de R\$ 3.740 mil, foi coberta por dois imóveis (Agências Banese Luiz Garcia e DIA), oferecidos em garantia totalizando R\$ 4.065 mil. O referido depósito judicial foi levantado pela contraparte em 21/12/2015.

Os números citados foram apurados até a data do balanço e correspondem ao provisionamento a partir do quinquênio que antecede a propositura de cada demanda judicial movida pelos participantes assistidos contra o SERGUS.

Com base também em posição dos consultores jurídicos, desde fevereiro/2014, o Sergus vem provisionando às verbas trabalhistas da ex-funcionária da empresa terceirizada de serviços de limpeza, que teve o seu contrato rescindido em 23/11/2013. Assim, por medida de prudência, para manter o equilíbrio entre a provisão e a potencial condenação, o valor provisionado foi atualizado mensalmente, de acordo com a variação do INPC - IBGE, representando em 2015 R\$ 1 mil e na data do Balanço o saldo de R\$ 5 mil.

O SERGUS também é parte envolvida em outros processos, cujas expectativas de perdas são classificadas como possíveis, motivo pelo qual, na opinião dos seus consultores jurídicos e conforme os normativos acima citados, ainda não é cabível provisionamento.

## 7. Exigível Atuarial do Plano Sergus

### a) Provisões Matemáticas

O Exigível Atuarial do Plano SERGUS, representado pelas provisões matemáticas, foi calculado pela empresa Conde Consultoria Atuarial Ltda, utilizando-se para tanto às taxas de juros de 4,99% a.a e 5,32% a.a, respectivamente, e encontra-se assim demonstrado:

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2015	2014
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>365.104</b>	<b>189.942</b>
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	365.104	189.942
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>359.805</b>	<b>423.448</b>
Benefício Definido Estrut.Reg.Capitalização Programado	352.500	414.551
Benefício Definido Estrut.Reg.Capitalização Não Programado	7.305	8.897
<b>( - ) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>0</b>	<b>-44.144</b>
<b>( - ) Déficit Equacionado</b>	<b>0</b>	<b>-44.144</b>
( - ) Patrocinador(es)	0	-17.931
( - ) Participantes	0	-19.055
( - ) Assistidos	0	-7.158
<b>TOTAL DO EXIGÍVEL ATUARIAL</b>	<b>724.909</b>	<b>569.246</b>

As Provisões Matemáticas a Constituir no montante de R\$ 44.144 mil, posicionadas em 2014, correspondeu à estimativa de contribuições extraordinárias a serem vertidas ao Plano SERGUS ao longo de 2015, para o equacionamento do Déficit Técnico Acumulado. Porém, em observância ao Art.28 da Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015, que definiu uma nova metodologia de cálculo para o limite de equacionamento de Déficit Técnico Acumulado ( $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ ), o Conselho Deliberativo em reunião de 14/12/2015, decidiu aplicar tal metodologia retroativamente a 31/12/2014, apurando-se um novo limite de R\$ 73.607 mil, que comparado ao déficit recalculado daquele exercício (R\$ 73.195 mil), apresentou-se abaixo do novo limite em R\$ 412 mil, o que demonstrou não haver, a luz do citado normativo, parcela de déficit a equacionar. Dado que em 2014 o referido conselho havia aprovado o plano de equacionamento, deliberou naquela data, por suspender a cobrança das contribuições extraordinárias.

### b) Taxa Real de Juros

Em consonância com o disposto no art. 5º da Instrução PREVIC nº 7, de 12/12/2013, o SERGUS realizou estudo de aderência da taxa real de juros do Plano SERGUS de benefícios, onde foi apurada uma rentabilidade futura esperada dos investimentos de 5,41% a.a. (mediana) e 4,99%a.a (mínima), para o prazo de duração do passivo do plano de 16 anos, optando para o encerramento do exercício de 2015, pela alteração da taxa de 5,32%a.a para 4,99%a.a, em conformidade com o artigo 5º da Instrução Previc nº 19, de 04/02/2015, e dos limites inferiores e superiores estabelecidos no item 4.2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, vigente a partir de 1º de janeiro de 2015, divulgados pela Portaria Previc nº 197/2015, de 14/04/2015, de 3,78%a.a e 5,80%a.a, respectivamente.

### c) Plano de Custeio

O estudo elaborado pela empresa Conde Consultoria Atuarial Ltda, para a avaliação atuarial de encerramento do exercício 2014 que teve sua aprovação pelo Conselho Deliberativo em reunião de 05/03/2015, apurou um novo custo do plano na ordem de 20,75% a incidir sobre o total de salário de participação. Como a aprovação regulamentar pelo órgão fiscalizador PREVIC, só veio a se concretizar em 15/10/2015, permitindo que o plano anual de custeio passasse a não constar do regulamento do plano de benefícios BD, em consequência, a aplicação da nova tabela passou a vigorar a partir de dezembro/2015, conforme alíquotas abaixo:

Idade do Participante ao se Associar ao SERGUS	Sobre o Salário de Participação	Sobre o Excesso do Salário de Participação em relação a 9 unidades Sergus de Contribuição
De 18 a 30 anos	4,20%	15,50%
Acima de 30 anos	5,00%	15,50%

#### d) Teto de Benefício

O Conselho Deliberativo, com o intuito de preservar a saúde financeira do Plano SERGUS, corrigir distorções entre as contribuições recebidas ao longo da vida laborativa e os benefícios pagos aos seus participantes, e ainda considerando a característica "mutualista" do plano, deliberou em julho/2014, pela implantação do teto de benefício, que consiste em limitar o salário de participação que servirá de base de cálculo do benefício, respeitando obviamente, os direitos adquiridos dos participantes. Com a aprovação regulamentar pelo órgão fiscalizador PREVIC em 15/10/2015, passou a vigorar a partir desta data o teto de benefício, limitado ao valor da maior remuneração recebida pelos superintendentes da patrocinadora principal e das empresas coligadas.

### 8. Resultados Realizados

#### a) Déficit Técnico Acumulado

Em 31/12/2015, o Plano SERGUS apresentou Déficit Técnico Acumulado de R\$ 130.294 mil, o qual representa 17,97% das Provisões Matemáticas de R\$ 724.909 mil. O citado déficit foi reduzido com a precificação dos ativos, que contribuiu para o Equilíbrio Técnico Ajustado, conforme nota "b.3" do item 5. Em 31/12/2014 o Déficit Técnico Acumulado foi de R\$ 29.051 mil, após a dedução da parcela de R\$ 44.144 mil, objeto do equacionamento praticado nesse exercício e suspenso com a adoção do Art.28 da Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015.

	R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	2015	2014
EQUILÍBRIO TÉCNICO	-130.294	-29.051
Resultados Realizados	-130.294	-29.051
( - ) Déficit Técnico Acumulado	-130.294	-29.051
( - ) Déficit Técnico	-130.294	-29.051

#### b) Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado

Em consequência do resultado deficitário apresentado em 31/12/2014 no montante de R\$ 73.195 mil, o SERGUS, em observância à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, elaborou estudo de equacionamento de déficit do Plano de benefício SERGUS BD na importância de R\$ 44.144 mil, representado pela diferença entre o citado déficit e o valor do Ajuste de Precificação dos Ativos de R\$ 29.051 mil. Porém, com o advento da Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015 que definiu uma nova metodologia de cálculo para o limite de equacionamento de Déficit Técnico Acumulado produzindo efeitos, de forma facultativa e a critério da EFPC, a partir dessa data para os resultados referentes ao exercício de 2014, e de forma obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2016, para os resultados referentes aos exercícios de 2015 e subsequentes, o Conselho Deliberativo em 14/12/2015, decidiu aplicar tal metodologia retroativamente a 31/12/2014, não apurando parcela de déficit a equacionar e como consequência suspendeu a cobrança das contribuições extraordinárias (vide letra "a" do item 7).

Para o exercício findo em 31/12/2015, tomou-se por referência o déficit acumulado de R\$ 130.294 mil, que comparado ao limite de equacionamento de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 79.740 mil, foi apurado o excedente de R\$ 50.554 mil, esse resultado deduzido do ajuste de precificação dos ativos de R\$ 44.735 mil, apurou-se a parcela de déficit a equacionar de R\$ 5.819 mil, sendo necessário nesse caso, conforme normativo acima, a elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit até o final de 2016 de no mínimo o valor equivalente a 1% (um por cento) das reservas matemáticas que corresponde a R\$ 7.249 mil, já que a parcela de déficit a equacionar ficou abaixo do mínimo permitido.

#### c) Fatores Impactantes no Resultado do Exercício

Em 2014 foi apurado um déficit técnico acumulado de R\$ 29.051 mil de um resultado de R\$ 73.195 mil cujo equacionamento do déficit foi de R\$ 44.144 mil. Em 2015 o Plano SERGUS apurou déficit de R\$ 101.243 mil, o que contribuiu para o déficit técnico acumulado neste exercício de R\$ 130.294 mil.

Influenciaram, principalmente, para este resultado os seguintes fatores: **(i)** Aumento nas reservas matemáticas de R\$ 27.600 mil, em decorrência da alteração da taxa real de juros nas projeções atuariais de 5,32% para 4,99%; Implantação do PEA – Programa de Estímulo a Aposentadoria e reestruturação organizacional promovidos pela patrocinadora BANESE no valor de R\$ 14.492 mil **(ii)** Provisões contingenciais de R\$ 6.787 mil e **(iii)** Rentabilidade dos investimentos de 13,40%, que representou 77,91% da Meta Atuarial de 17,20%, tendo como consequência uma diferença no valor financeiro na ordem de 21 milhões **(iv)** Reversão do déficit técnico a equacionar registrado em 2014, representando em dezembro/2015 o montante de R\$ 48.683 mil.

## 9. Plano de Gestão Administrativa - PGA

A Resolução CGPC nº 29/2009 definiu o PGA como um ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma do seu regulamento. Assim, o Conselho Deliberativo em observância a legislação pertinente, elaborou o regulamento do PGA que dentre outras providências, estabeleceu as fontes, critérios e limites para o custeio administrativo a serem praticados no decorrer do exercício de 2015.

### a) Fontes de Custeio Administrativo

As fontes de custeio necessárias à cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios operado pela Entidade, constantes no regulamento e praticadas ao longo do exercício foram:

- Contribuições dos participantes e assistidos definidas no plano de custeio anual;
- Contribuições das patrocinadoras definidas no plano de custeio anual;
- Resultado dos investimentos, como também a taxa de administração de empréstimos a participantes e assistidos;
- Receitas Administrativas, e
- Fundo administrativo.

A taxa de custeio administrativo da gestão previdencial aplicada sobre as referidas contribuições foi de 15%, conforme definida no plano de custeio anual. No exercício de 2014, essa taxa de custeio representou o mesmo percentual.

### b) Limites de Custeio Administrativo

Dentre os limites de custeio administrativo estabelecidos na Resolução CGPC nº 29/2009 – taxa de administração de até 1%, incidente sobre o montante dos recursos garantidores do plano de benefícios, no último dia do exercício a que se referir, ou taxa de carregamento de até 9%, incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios do plano no exercício a que se referir – o Conselho Deliberativo estabeleceu como limite para o custeio das despesas administrativas (gestão previdencial e investimentos), o percentual de 0,7%, incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios, conforme definido no regulamento do PGA. No exercício de 2014, o limite de custeio das despesas administrativas foi também de 0,7%.

### c) Despesas Administrativas

#### c.1. Critérios de Rateio

Pelo fato da Entidade administrar um único plano de benefícios (PLANO SERGUS), as despesas administrativas específicas foram alocadas no plano de benefícios que as originou sem nenhuma forma de rateio. O mesmo acontecendo com as despesas por administração (previdencial e de investimentos), ou seja, elas são alocadas nas respectivas gestões.

As despesas administrativas comuns às gestões previdencial e de investimentos são rateadas entre elas, a fim de destacar o real custo de cada gestão, e são registradas no subgrupo 4.2 – Despesas – Plano de Gestão Administrativa - PGA - 4.2.1 – Gestão Previdencial e 4.2.2. - Investimentos.

Ao longo de 2015, os critérios de rateio das despesas administrativas foram uniformes, levando-se em consideração, para definição dos percentuais praticados, os seguintes aspectos:

#### Despesas c/Pessoal e Encargos

- Identificação das áreas afins na estrutura organizacional da Entidade.
- Segregação de funcionários por área.
- Atividades executadas por cada funcionário.
- Identificação entre as gestões previdencial e de investimentos beneficiadas pelas atividades e/ou demandantes das despesas.
- Rateio proporcional entre as respectivas gestões.

#### Despesas c/Serviços de Terceiros

- Identificação dos serviços prestados.
- Identificação entre as gestões previdencial e de investimentos beneficiadas pelos serviços e/ou demandantes das despesas.
- Rateio proporcional entre as respectivas gestões.

#### Despesas Comuns às Gestões

- Análise das despesas.
- Identificação entre as gestões previdencial e de investimentos beneficiadas e/ou demandantes das despesas.
- Rateio proporcional entre as respectivas gestões.

As despesas das gestões previdencial e de investimentos são custeadas pelo plano de benefícios, por meio de prestações de contas mensais, quitadas através de transferência de recursos em espécie ao PGA, a título de contribuição para o custeio administrativo.

## 10. Fundos Não Previdenciais

São recursos com destinação específica, voltados a suprir eventuais necessidades das atividades desenvolvidas pela Entidade de acordo com seus respectivos regulamentos. A Entidade possui dois fundos, denominados: fundo administrativo e de investimentos.

DESCRIÇÃO	2015	2014
<b>FUNDOS</b>	<b>1.906</b>	<b>1.386</b>
Fundo Administrativo – PGA	1.262	937
Fundo de Investimentos – Empréstimos	644	449

Ao final de cada mês, a Entidade registrou nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa” (Ativo) e “Participação no Fundo Administrativo do PGA” (Passivo) do plano de benefícios o valor equivalente a sua participação no fundo administrativo registrado no PGA, representados ao final dos exercícios pelos valores demonstrados no quadro acima.

O saldo do fundo administrativo é constituído, no decorrer dos exercícios, pelas sobras do custeio administrativo da gestão previdencial, sendo este equivalente a 15% das contribuições previdenciais.

O fundo administrativo apresentou um crescimento na ordem de 34,69% em relação ao exercício anterior, apesar do ressarcimento à patrocinadora BANESE ao longo do exercício de 2015, referente às despesas com remunerações mensais, férias, gratificação semestral, PLR, moedas e encargos sociais incidentes, relativas a 03 (três) funcionários cedidos que compõem a Diretoria Executiva do SERGUS, totalizando a importância de R\$ 986 mil.

O Fundo de Investimentos para Empréstimos a Participantes - FIEP tem por finalidade suprir eventuais contingências vinculadas à carteira de empréstimos e sua constituição corresponde à 10% da rentabilidade mensal dos empréstimos, adicionada da rentabilidade do seu saldo aplicado no mercado financeiro.

## 11. Tributação dos Planos de Benefícios de Caráter Previdenciário

Os dispositivos legais que tratam sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário estão contidos na Lei nº 11.053, de 29/12/2004, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, além da IN/SRF nº 588, de 21/12/2005 – DOU 26/12/2005, alterada pela IN/SRF nº 667, de 27/07/2006 – DOU 01/08/2006 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.315, de 03/01/2013 – DOU 04/01/2013.

## 12. Fatos Relevantes

### a) Ativo Contingente - OFND

No ano de 1986, por meio do Decreto-Lei nº 2.228, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, cuja constituição contou com a participação obrigatória das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas públicas, inclusive o SERGUS. As entidades aplicaram compulsoriamente o equivalente a 30% de suas reservas técnicas (atualmente denominadas de “Provisões Matemáticas”).

O Decreto-Lei nº 2.383/87 e a Circular pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES alteraram o indexador de atualização monetária dos valores investidos bem como as regras de utilização dos valores aplicados. Essas alterações foram prejudiciais aos investidores.

A ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar moveu a ação n.º 013902-36.1991.4.02.5101 contra o Fundo Nacional do Desenvolvimento Social – FND, Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES e União Federal, que tramitou pela 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro. A ação foi proposta em 11.10.1991 pleiteando (i) a substituição do BTN pelo IPC como índice de correção monetária desde abril de 1990 até fevereiro de 1991, com o imediato pagamento dos valores resultantes desse novo cálculo devidamente corrigidos; (ii) o ressarcimento das filiadas pelas perdas e danos sofridas em razão das detenções ou dedução realizada indevidamente pelos réus, valor que seria apurado em fase de liquidação de sentença; (iii) a inconstitucionalidade da Portaria n.º 948/91, do Secretário da Fazenda Nacional; e (iv) direito de participação em todo e qualquer processo licitatório no âmbito do programa nacional de desestatização, com as OFNDs de que são detentoras, sem que se configure renúncia aos referidos créditos.

A ação foi julgada procedente determinando a União e o Fundo Nacional do Desenvolvimento – FND que as OFND adquiridas pelas filiadas sejam corrigidas pelo IPC de abril de 1990 a fevereiro de 1991, devendo os valores resgatados serem monetariamente corrigidos, acrescidos de juros legais desde a citação.

Em julho de 2011 a Abrapp apresentou cálculos de liquidação de sentença no valor de R\$ 7.234.982 mil. Em 18/05/2012 a juíza da 23ª Vara Federal determinou que eventual execução do julgado fosse requerida individualmente, por manejo de ação própria de cada entidade.

Em 16 de janeiro de 2012, a União manejou ação rescisória, julgada parcialmente procedente apenas para reduzir os honorários sucumbenciais ao valor de R\$ 723 mil.

Em 2013, o escritório Figueiredo & Silva informou que foi novamente determinado o desmembramento das execuções, decisão atacada por Agravo de Instrumento, não provido. Está pendente decisão definitiva sobre o desmembramento, mas foram iniciadas as liquidações apartadas.

O SERGUS monitora o andamento das ações, com o propósito de verificar a confirmação daqueles fatores e o posicionamento do órgão fiscalizador PREVIC, para avaliar oportunamente a possibilidade de reconhecimento do direito e respectivo crédito. O SERGUS integra a liquidação nº 2015.51.01.145881-2, 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra o valor de R\$ 9.481 mil apresentado pela ABRAPP em relação ao SERGUS, a União Federal reconheceu R\$ 5.393 mil (base: novembro/2015).

Considerando que o registro contábil da receita de investimentos decorrente dessa decisão judicial depende ainda de confirmações futuras e ajuste nos valores estimados, bem como de acordo com o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com a Resolução CMN nº 3.792/2009 e com a Orientação CVM nº 15/87, o SERGUS não efetuou contabilização desse possível acréscimo aos investimentos, principalmente com o objetivo de evitar quaisquer registros contábeis que possam gerar dúvidas a respeito da posição financeira da entidade.

Reiteramos a seguir os fatores que, pelo princípio da prudência e conservadorismo, não recomendam a contabilização de tal direito, razão pela qual o SERGUS manteve para 2015, o mesmo posicionamento de 2010 a 2014: (i) os advogados, contratados pela ABRAPP, apresentam ressalva quanto à forma de cálculo e aos próprios valores apurados para identificação do direito de cada entidade fechada de previdência complementar envolvida nessa ação; (ii) há possibilidade de reforma da decisão favorável por meio da rescisória manejada pela União Federal; (iii) o fundo de investimentos destinado para pagamento dos recursos devidos às entidades não publicou ou reconheceu a respectiva obrigação; (iv) o agente custodiante dos investimentos realizados pelo SERGUS não tem o registro e guarda do respectivo valor mobiliário, conforme determina o Artigo 14 da Resolução CMN nº 3.792/09; (v) pelo fato de cada ativo de investimentos, em uma entidade fechada de previdência complementar, tratar-se de Recurso Garantidor de benefícios previdenciários, o respectivo registro contábil não deve ser alvo de dúvidas quanto ao valor de direito, liquidez ou prazo de realização.

### 13. Eventos Subsequentes

#### a) Novo Plano de Benefícios

Em função dos constantes aumentos dos custos do plano de benefício definido - BD e visando a sua sustentabilidade, a patrocinadora BANESE solicitou junto ao SERGUS a criação de um novo plano de benefício. Em 2011, deu-se início a criação de um novo plano de benefícios na modalidade de contribuição variável – CV, porém em razão de inviabilidade de aprovação do regulamento junto ao órgão fiscalizador PREVIC, em maio/2015 o projeto foi cancelado. Em sua substituição foi criado o plano de benefícios na modalidade de contribuição definida – CD, cujo regulamento encontra-se em fase de análise para aprovação no citado órgão. Até o final de 2015, foram gastos com estes projetos, o montante de R\$ 100 mil, sendo: R\$ 82 mil em 2011/2014 e R\$ 18 mil em 2015, para a realização de diversas ações pertinentes as suas formatações.

#### b) Plano de Custeio 2016

Conforme Parecer da Avaliação Atuarial do Plano SERGUS, relativo ao exercício findo em 31/12/2015, elaborado pela empresa Conde Consultoria Atuarial Ltda, que tomando por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e Assistidos, e as bases técnicas adotadas, constatou que tendo em vista a majoração no custo atuarial do plano apurado de 23,60% (2014 20,75%), concluiu que o Plano Anual de Custeio, seja revisto. Razão pela qual, o Sergus em observância aos normativos legais pertinentes, deverá através do seu Conselho Deliberativo aprovar a alteração do referido custo do plano e adotar a tabela abaixo, a partir do mês de junho/2016.

Idade do Participante ao se Associar ao SERGUS	Sobre o Salário de Participação	Sobre o Excesso do Salário de Participação em relação a 9 unidades Sergus de Contribuição
De 18 a 30 anos	4,60%	17,10%
Acima de 30 anos	5,50%	17,10%

#### c) Plano de Equacionamento de Déficit

O SERGUS, em observância à Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 13, de 04/11/2013, Resolução CNPC Nº 14, de 24/02/2014, Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19/11/2014 e pela Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPC quanto ao equacionamento de déficit, deverá no decorrer do exercício de 2016, elaborar e aprovar o plano de equacionamento de déficit de no mínimo R\$ 7.249 mil, uma vez que o déficit apurado em 2015 foi superior ao limite de déficit a equacionar, mesmo após a utilização do ajuste de precificação dos ativos. (vide letra "b" do item 8).

## Do Parecer Atuarial

---

O Parecer Atuarial do plano de Benefício Sergus – BD, na íntegra, encontra-se disponível na página do Sergus, link [www.banese.com.br/Sergus](http://www.banese.com.br/Sergus), podendo ser solicitado via e-mail [Sergus.Beneficio@banese.com.br](mailto:Sergus.Beneficio@banese.com.br). Segue abaixo uma síntese extraída do parecer encaminhado pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefício, Conde Consultoria Atuarial.

### **Sobre o cadastro:**

O cadastro utilizado nesta avaliação corresponde ao do mês de dezembro/2015, compreendendo: Participantes Ativos do Plano 746, idade média 46 anos, Folha de Salário/Benefício mensal R\$ 4.131.082,12, Salário/Benefício médio mensal R\$ 5.537,64, Participantes Assistidos 502, idade média 60 anos, Benefício mensal R\$ 1.986.435,96, Benefício médio mensal R\$ 3.957,04 e Pensionistas 47, idade média 65 anos, Benefício mensal R\$ 70.829,38, Benefício médio mensal R\$ 1.507,01.

### **Sobre a Recomposição Salarial e de Benefícios:**

Considerando que os dados cadastrais da Patrocinadora principal, BANESE, correspondem a dezembro/2015, e os salários de seus empregados foram reajustados em setembro/2015, para este estudo os salários dos Participantes dessa Patrocinadora foram recompostos em 3,32%, referente ao INPC-IBGE do período de setembro/2015 a dezembro/2015.

Para os Assistidos, os benefícios foram reajustados em setembro de 2015, assim foram recompostos em 3,32%, referente à variação do INPC-IBGE do período de setembro a dezembro de 2015.

### **Sobre as Despesas Administrativas:**

De acordo com as expectativas do SERGUS as despesas administrativas previdenciárias constantes no orçamento para 2016, R\$2.279.139, representam 4,06% da Folha de Salários de Participação dos Participantes Ativos do Plano.

Conclui-se que a contribuição para as Despesas Administrativas, esta equivalente a 15% das Contribuições Normais ao Plano, são de 3,54% sobre a Folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos, mais 0,98% dos Assistidos, resultando em uma contribuição total de 4,52%, cobrindo as despesas administrativas orçadas em 3,68% das Folhas de Salários de Participação dos Participantes Ativos.

### **Sobre a Taxa de Juros:**

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 4,99% ao ano, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos pelo SERGUS e por seus consultores financeiros e já apreciados pela sua Diretoria Executiva e pelo seu Conselho Deliberativo, conforme correio eletrônico recebido, nos termos da Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015.

### **Sobre o Resultado dos Custos e das Reservas Matemáticas:**

Os resultados apresentados na avaliação expressam um custo total de 23,60% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscritos no Plano de Benefícios, sendo assim distribuídos:

APOSENTADORIA PROGRAMADA	17,89%
BENEFÍCIOS DE RISCO	2,17%
INVALIDEZ	0,36%
PENSÃO POR MORTE	0,20%
PECÚLIO	0,99%
AUXÍLIOS (Doença)	0,62%
DESPESAS ADM	3,54%

Totalizando 23,60% em percentuais do Salário de Participação

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$ 724.909.446 conforme quadro a seguir:

<b>Reservas Matemáticas</b>	<b>Dez/2015</b>
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>365.104.469</b>
Valor Atual dos Benefícios Programados	311.461.592
Valor Atual dos Benefícios Não Programados	35.637.293
Ações Judiciais - Demandados - Abono	9.244.963
Ações Judiciais - Demandados - Excesso	8.760.621
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>359.804.977</b>
Benefícios Programados	426.699.932
Valor Atual das Contribuições	-74.200.215
Benefícios Não Programados	13.717.267
Valor Atual das Contribuições	-6.412.007
<b>Reservas Matemáticas a Constituir</b>	-
Déficit Equacionado	-
<b>Total de Reservas Matemáticas</b>	<b>724.909.446</b>

#### Sobre o Plano de Custeio:

A Conde Consultoria sugere que o Plano Anual de Custeio seja revisto por conta da majoração do Custo do Plano verificado na Avaliação Atuarial do Plano SERGUS no encerramento do exercício de 2015.

<b>%</b>	<b>Proposta para Plano de Custeio para o Ano de 2016</b>
10	Contribuição regular das Patrocinadoras, sobre o total de salários dos participantes inscritos no plano, para custeio dos benefícios.
1,77	Contribuição das Patrocinadoras sobre o salário, para custeio das despesas administrativas de 15% sobre as contribuições.
<b>11,8</b>	<b>Contribuição Total das Patrocinadoras sobre o salário dos participantes inscritos no plano</b>
10	Contribuição regular dos Participantes Ativos sobre o Salário para custeio dos benefícios
1,77	Contribuição dos Participantes sobre o salário, para custeio das despesas administrativas.
<b>11,8</b>	<b>Contribuição Total dos Participantes sobre o salário</b>
23,6	Contribuição Total ao Plano
15	A Contribuição dos assistidos é de 15% sobre o Benefício e desse valor é descontado 15% para despesas administrativas. Os assistidos que recebem benefício mínimo não contribuem.

As contribuições dos Participantes Autopatrocinados não tem contrapartida das patrocinadoras.

Os Participantes Ativos e as Patrocinadoras recolhem ao Plano SERGUS uma importância equivalente ao produto da aplicação das taxas de contribuição relacionadas na tabela a seguir, na coluna Custeio Atual, sendo que a proposta para 2016 consta na coluna Proposta de Custeio:

Idade do Participante ao se Associar ao Sergus	Custeio Atual	Proposta de Custeio
Idade de 18 a 30 anos	4,20%	4,60%
Acima de 30 anos	5,00%	5,50%
Parcela acima do Salário de 9 USC *	15,50%	17,10%

(\*) 9 USC - Unidade Sergus de Contribuição, em 12/2015 = R\$ 3.074,76

### Sobre a Situação Financeiro-Atuarial:

Apresentamos a seguir o cálculo do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios BD do SERGUS, considerando o balanço contábil de 31/12/2015:

Balanço Atuarial	Dez/2015
Total de Reservas Matemáticas	724.909.446
Patrimônio Líquido dez/2015	594.615.076
Situação do Plano	-130.294.369
Déficit em % das Res. Matemáticas	18%

### Sobre o Equacionamento Mínimo Resolução CNPC nº22 de 25/11/2015:

A Conde Consultoria Atuarial verificou o valor mínimo que deverá ser financiado, aplicando a Resolução CNPC Nº 22 de 25 de novembro de 2015.

O Limite de Déficit, segundo a legislação, é determinado pela seguinte fórmula:

$$LDTA^* = 1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Reserva Matemática.}$$

LDTA = Limite de Déficit Técnico Acumulado

Vale salientar que a duração calculada em dezembro de 2015, conforme Instrução nº 26 da PREVIC, artigo 5º, é de 15 anos, logo  $1\% \times (15 - 4) = 11\%$ .

Ao aplicarmos o Limite de Déficit Técnico Acumulado sobre as Reservas Matemáticas de R\$724.909.446, o limite de Déficit é de R\$79.740,039, logo todo déficit acima desse valor deverá ser financiado, sendo que o valor mínimo para financiamento não poderá ser inferior a 1% das Reservas Matemáticas (R\$7.249.094).

Assim a parcela do Déficit a ser financiada é de R\$50.554.329, contudo a legislação prevê que se utilize o ajuste de precificação de ativos, que no caso deste Plano equivale a R\$44.735.195, restando a parcela de R\$ 5.819.136.

Como o valor de R\$ 5.819.136 é inferior a 1% das Reservas Matemáticas, o valor mínimo que deverá ser financiado é de R\$ 7.249.094.

O tempo máximo de financiamento, estipulado pela Resolução CNPC 22/2015 é de 1,5 vezes a duração, como a duração é de 15, o valor demonstrado poderá ser financiado em até 22 anos, ou 264 meses.

Premissas	Valores
Reserva Matemática	724.909.446
Duração	15
Déficit Apurado (R\$)	130.294.369
Ajuste de Precificação dos Títulos	44.735.194
Déficit Após Ajuste (R\$)*	85.559.175
Limite do Déficit	79.740.039
Relação do Limite	11,00%
Equacionamento	5.819.136
% do Equacionamento	0,80%
Valor a ser Equacionado (**)	7.249.094
% do Equacionamento	1,00%
Prazo do Financiamento (anos)	22

(\*) Valor considerado após o ajuste de precificação, observada a Resolução CNPC 22/2015, assim como a diferença entre a taxa de juros dos títulos públicos e a taxa de juros atuariais.

(\*\*) Conforme CNPC 22, artigo 28, 2º parágrafo, o equacionamento mínimo deverá ser 1% das reservas matemáticas.

Ressaltamos que o SERGUS deverá equacionar o déficit em questão no exercício de 2016

### Sobre o Ajuste de Precificação de Ativos:

Reproduzimos Nota Explicativa elaborada pela Contabilidade do SERGUS:

*"Em consonância com a Resolução MPS/CGPC Nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução nº 16, de 19/11/2014, e conforme Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015, o SERGUS estabeleceu como procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, no encerramento do exercício de 2015, o Ajuste de Precificação dos Ativos, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual de 4,99%, utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. O valor apurado (positivo) da precificação dos ativos de R\$ 44.735.194,46, contribuiu para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios. Em 2014, a taxa de juros real anual foi de 5,32% utilizada na avaliação atuarial e o valor apurado (positivo) da precificação dos ativos de R\$ 29.051.010,85, foi destinado ao equacionamento do déficit, objeto do plano elaborado para essa finalidade.*

Para fins de controle e o acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação no encerramento do exercício de 2015, a Conde Consultoria segue os valores apurado constante em Nota Explicativa elaborado pela contabilidade do Sergus.

O Balanço Contábil do SERGUS, de forma explícita, apresenta uma situação de desequilíbrio (Déficit) no valor total de R\$ 130.294.369, que por sua vez, de acordo com a Nota Explicativa retro reproduzida, será equacionada, em parte, por meio de recursos gerados pela diferença entre a taxa de juros dos títulos e a taxa de juros atuariais.

### Sobre Hipóteses Atuariais:

As Premissas Atuariais utilizadas na avaliação atuarial são as seguintes:

Tábuas Biométricas	2015
Tábua Geral	AT2000 (sexo) suav. 10%
Tábua Geral - Anuidades de Pensão	AT2000 (sexo) suav. 10%
Tábua - Risco Morte-Pensão/Cap.	AT2000 (sexo) suav. 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927
Tábua de Inválidos	MI85 por Sexo
Tábua de Ativos	Combinação das tábuas AT2000 por sexo, Tasa 1927 e MI85 - por sexo - (Método Hamza)

Variáveis Econômicas Anuais	2015
Taxa de Juros	4,99% a.a
Taxa de Crescimento Salarial	2,60%
Taxa de Crescimento de Benefício	0,00%
Capacidade Salarial	98,00%
Capacidade de Benefício	98,00%
Índice do Plano (*)	INPC/ IBGE

(\*) INPC/IBGE – Índice Nacional de Preço ao Consumidor.

A taxa de juros de 4,99% foi definida pelo Conselho Deliberativo do **SERGUS**

Tábua de Anuidade de Pensão	2015
Ativos	Família Média Padrão - SERGUS
Assistidos	Elaborada a partir da Família Real conforme base de dados dos Aposentados informada pelo SERGUS

### Sobre o Estudo de Equacionamento do Déficit:

Como demonstrado nos resultados da Avaliação Atuarial do exercício de 2014 do Plano SERGUS, o Plano se encontrava deficitário, sendo que esse déficit total de R\$ 73.194.837 representou mais de 11% das reservas matemáticas, portanto, foi elaborado um estudo de equacionamento pela Conde Consultoria Atuarial e aprovado pelo Conselho e diretoria do SERGUS.

Cabe ressaltar que antes da implantação do equacionamento do déficit foi considerada legislação CNPC Nº 22 de 12/2015 e Portaria 699 de 12/2015 e o SERGUS decidiu suspender a cobrança do equacionamento, conforme Ata da Reunião Extraordinária Conselho Deliberativo - CD de 14/12/2015.

### Sobre as Ações Judiciais:

Considerando o balanço contábil de 31 de dezembro de 2015, referente ao Plano, verificou-se na conta 1.2.1.5 um valor de R\$ 72.164,50, correspondente a depósitos judiciais efetuados pelo SERGUS com vista a cobrir o passivo contingencial de igual valor registrado nas contas 2.2.1.1.01.01.03, ex-participantes (expurgo inflacionário R\$ 71.031,60) e 2.2.1.1.01.01.10 Assessoria Jurídica/Pericial (Honorários R\$ 1.132,90).

O montante restante do passivo contingencial corresponde a R\$ 21.355.572,93, referente aos processos judiciais de abono e excesso, principalmente.

### Sobre a Rentabilidade do Plano Sergus BD:

A rentabilidade do Plano de Benefícios do SERGUS atingiu no período de janeiro a dezembro de 2015 o percentual de 12,34% bruto, que comparado com a inflação acumulada de 11,28% (INPC/IBGE), acrescida do juro atuarial de 5,32%, resultou na taxa de rentabilidade real líquida negativa, no exercício, de 4,24%.

O Sergus calcula a TIR diária com informações patrimoniais e de investimentos. Assim sendo, a taxa interna de retorno calculada pela área financeira é de 13,40%, conforme informações do SERGUS.

A Conde Consultoria Atuarial calculou a Taxa Interna de Retorno utilizando as informações dos balancetes disponíveis pelo SERGUS.

### Sobre o Patrimônio do Plano Sergus BD:

O cálculo do Patrimônio de Cobertura do Plano SERGUS BD, considerando o balanço contábil de 31/12/2015:

Descrição	R\$
	2015
Ativo Total	618.649.608,83
Exigível Operacional	-701.156,52
Exigível Contingencial	-21.427.737,43
Fundos Não Atuariais	-1.905.638,76
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (a)</b>	<b>594.615.076,12</b>

### Sobre as Dívidas Contratadas:

Não existe registro de dívida contratada no balanço do Plano de Benefícios.

### Sobre Alteração Regulamentar:

Em 2015 houve alteração regulamentar no Plano de Benefícios do SERGUS BD, incluindo o Teto de Salário de Participação e a retirada da previsão das contribuições que devem ser aportadas pelos membros do Plano de Benefícios e transfere esse dispositivo para o Plano de Anual de Custeio.

### Sobre a Conclusão:

Conclui-se que o custo do Plano de Benefícios, calculado pela Conde Consultoria Atuarial, resultou em um total de 23,60% dos Salários de Participação dos Participantes. A Conde Consultoria sugere que seja implementado um novo Plano de Custeio baseado no custo apurado nesta Avaliação Atuarial e desta forma os Participantes Ativos recolherão ao Plano SERGUS BD uma importância equivalente ao produto da aplicação das taxas de contribuição relacionadas na tabela a seguir enquanto as Patrocinadoras recolherão os mesmos valores apurados para os Participantes:

Idade do Participante ao se Associar ao Sergus	Sobre o Salário de Participação	Parcela acima do Salário de 9 USC *
Idade de 18 a 30 anos	4,60%	17,10%
Acima de 30 anos	5,50%	17,10%

(\*) 9 USC - Unidade Sergus de Contribuição, em 12/2015 = R\$ 3.074,76

Quanto ao equilíbrio do Plano, identificamos que o Plano SERGUS BD encontra-se deficitário, pois o Patrimônio de Cobertura em 31/12/2015, de R\$ 594.615.076, não cobre os compromissos do Plano de R\$ 724.909.446, assim há um déficit atuarial total identificado de R\$ 130.294.369, que representa 18% das Reservas Matemáticas.

Foi utilizado o desconto da precificação dos títulos públicos, no valor de R\$ 44.735.194,46 e desta forma, houve uma redução da parcela financiável do déficit do Plano conforme os moldes da Resolução CNPC Nº16 de novembro de 2014 e após a aplicação dos procedimentos previstos na Resolução CNPC Nº 22 de novembro de 2015, concluiu-se que a parcela mínima que deve ser financiada do déficit resultou em R\$ 7.249.094, contudo, cabe ressaltar, que caso os títulos considerados na precificação saiam na carteira de investimentos do SERGUS essa situação deverá ser revista.

Destacamos que o SERGUS baseado em estudos da taxa de juros desenvolvidos por seus consultores financeiros solicitou a utilização dos juros de 4,99% a.a. na Avaliação Atuarial do exercício de 2015.

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes do **Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS**  
Aracaju – SE

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS (Entidade)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

### Ênfase

#### Continuidade Operacional da Entidade

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos atenção para o fato de que a Entidade vem apresentando sucessivos e relevantes déficits atuariais. Os referidos déficits deverão ser equacionados por meio de aportes de recursos da sua patrocinadora, participantes ativos e assistidos. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas no pressuposto da continuidade de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos e passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando.

Salvador, 02 de maio de 2016.

**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

**Jairo da Rocha Soares**  
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - BA

## Parecer do Conselho Fiscal

**Ref.** Demonstrações Contábeis do Exercício 2015

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, em conformidade com a Alínea II do Artigo 56 do Estatuto do SERGUS e consoante ao que estabelece a letra "j", do item 17 do Anexo C – NORMAS GERAIS da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e alterações posteriores, o **Conselho Fiscal** do Instituto Banese de Seguridade Social – **SERGUS**, após examinar o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração da Mutação do Ativo Liquido do Plano SERGUS, a Demonstração do Ativo Liquido do Plano SERGUS, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e do Plano SERGUS, a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano SERGUS e as Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, consubstanciado pelo Parecer da Conde Consultoria Atuarial Ltda, emitido em abril de 2016, bem como, pelo Relatório dos Auditores Independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, datado de 02 de maio de 2016, sem ressalva e com parágrafo de ênfase, entende que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada e individual, do Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, em 31 de dezembro de 2015, os resultados de suas operações, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação do CNPC e PREVIC, aplicáveis ao segmento fechado de previdência complementar, reunindo as condições necessárias para sua **aprovação por este Conselho Fiscal**, recomendando o devido encaminhamento desta documentação para apreciação do Conselho Deliberativo do SERGUS. Aracaju, 20 de maio de 2016.

**Maria Elenilde da Paixão Navarro**

Presidente em exercício

**Maria Luiza dos Santos**

Membro efetivo

**José Anderson Santos de Jesus**

Membro efetivo

**Arnaldo da Silva Oliveira**

Membro efetivo em exercício

## Manifesta o do Conselho Deliberativo

**Assunto:** Aprovação das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

O Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BANESE DE SEGURIDADE SOCIAL - SERGUS**, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, em conformidade com a Alínea V do Art. 50, do Estatuto do SERGUS e consoante ao que estabelece a letra "k", do item 17 do Anexo C – NORMAS GERAIS da Resolução do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e alterações posteriores, após leitura do Balanço Patrimonial, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, da Demonstração da Mutação do Ativo Liquido do Plano SERGUS, da Demonstração do Ativo Liquido do Plano SERGUS, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e do Plano SERGUS, da Demonstração das Provisões Técnicas do Plano SERGUS e as Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2015, consubstanciado pelo Parecer da Conde Consultoria Atuarial Ltda, emitido em abril de 2016, bem como, pelo Relatório dos Auditores Independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, datado de 02 de maio de 2016, sem ressalva e com parágrafo de ênfase, e do Parecer do Conselho Fiscal emitido em 20 de maio de 2016, **aprovou as Demonstrações Contábeis** do Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, posicionadas em 31 de dezembro de 2015 e determinou o encaminhamento   Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC do Ministério da Previdência Social, em cumprimento às exigências legais. Determinou também, a devida ciência quanto   aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015 às Patrocinadoras e Participantes do Plano SERGUS. Aracaju, 23 de maio de 2016.

**Maria do Carmo Silva Hora**

Presidente Substituta

**Maria do Carmo Silva Viana**

Membro Suplente

**Daniel Felipe Viana Munduruca**

Membro efetivo

**Ivânia Pereira da Silva**

Membro efetivo

## Política de Investimentos – PSB

### Instituto Banese de Seguridade Social Relatório Resumo Participantes

Aprovada para o exercício de 2016

#### Plano de Benefícios:

**Plano Sergus de Benefício Definido nº 19.800.010-65**

**Nº da ata de aprovação:** S/N

**Data aprovação pelo Conselho Deliberativo:** PI aprovada em 29/12/2015 e alterada em 15/03/2016

#### Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ:

Marcelo Carvalho Almeida de Aguiar

Diretor Administrativo e Financeiro

**Segmento:** Plano **Período:** 01/01/2016 a 31/12/2016

**Tx mínima atuarial (TMA):** Taxa de juros: 4,99% aa **Indexador:** INPC

**Controle de Riscos:** Risco de Mercado  
Risco de Liquidez  
Risco de Contraparte  
Risco Legal  
Risco Operacional  
Outros

**Comentários:** os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

<b>Realiza o apreçamento de ativos financeiros:</b>	SIM	<b>Dispõe de Manual:</b> SIM
<b>Possui modelo proprietário de risco:</b>	SIM	<b>Dispõe de Manual:</b> NÃO
<b>Realiza estudos de ALM:</b>	SIM	

#### Observação:

O apreçamento de ativos financeiros é realizado pelo custodiante através do sistema de risco SAC-YMF. O SERGUS definiu que seria prudente aguardar os próximos meses de 2016 para a elaboração da revisão do estudo de ALM realizado em 2013. A realização do estudo, nesse momento, está condicionada à possibilidade da implantação de um novo Plano de Benefícios proposto pela Entidade.

#### Alocação de Recursos

Período de referência: 01/2016 à 12/2016.

Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Segmento Renda Fixa	0,00%	100,00%	83,00%
Segmento Renda Variável	0,00%	25,00%	3,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	20,00%	6,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	2,50%	0,00%
Segmento de Imóveis	0,00%	7,00%	6,00%
Segmento Operações com Participantes	0,00%	15,00%	2,00%
<b>A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:</b>	NÃO		
<b>Utiliza Derivativos:</b>	SIM		
<b>Avaliação prévia dos riscos envolvidos:</b>	SIM		
<b>Existência de sistemas de controles internos:</b>	SIM		

#### Observação:

As operações com derivativos são vetadas em Carteira Própria e permitidas para a gestão discricionária (gestão externa).

#### Perfis de Investimento

**O plano possui Perfis de Investimentos:** NÃO

## Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%
Instituição Financeira	0,00%	15,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00%	10,00%
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	10,00%
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%

### Observação:

Os limites de diversificação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM são conforme tabela com escalas de rating adotada pela Entidade.

O limite em Tesouro Estadual ou Municipal de 0% é estabelecido para ativos da Carteira Própria e/ou de Veículos Exclusivos do SERGUS.

Para fundos abertos (condominiais) se adota o limite legal de 10%.

## Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	10,00%
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	10,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	25,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	25,00%
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	10,00%
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Finduciário	0,00%	10,00%

## Concentração por Investimentos

Emissor	Mínimo	Máximo
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%

## Rentabilidade

Plano/Segmento	2014	1º sem 2015	2016
Plano	13,92%	6,46%	11,08%
Renda Fixa	12,73%	7,86%	11,08%
Renda Variável	-8,11%	-3,79%	15,83%
Investimentos Estruturados	7,05%	5,42%	13,21%
Investimentos no Exterior	-----	-----	12,68%
Imóveis	69,33%	2,42%	5,80%
Operações com Participantes	19,79%	12,43%	11,08%

### Observação:

As rentabilidades de 2016 são projeções.

A Entidade adota o método de cotização adaptada para a apuração e divulgação da rentabilidade do Plano.

## Meta de Rentabilidade dos Segmentos

Plano/Segmento	Meta
Plano	INPC + 4,99% ao ano*
Renda Fixa	INPC + 6,23% ao ano
Renda Variável	INPC + 9,48% ao ano
Investimentos Estruturados	INPC + 7,00% ao ano
Investimentos no Exterior	INPC + 12,42% ao ano
Imóveis	INPC + 4,99% ao ano*
Operações com Participantes	INPC + 4,99% ao ano*

**\*Meta Atuarial**

## Política de Investimentos – PGA

### Instituto Banese de Seguridade Social Relatório Resumo Participantes

Aprovada para o exercício de 2016

#### Plano de Benefícios:

**Plano de Gestão Administrativa - PGA Nº 99.700.000-00**

**Nº da ata de aprovação: S/N**

**Data aprovação pelo Conselho Deliberativo:** PI aprovada em 29/12/2015.

**Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ:**

Marcelo Carvalho Almeida de Aguiar

Diretor Administrativo e Financeiro

**Segmento:** Plano **Período:** 01/01/2016 a 31/12/2016

Índice de Referência				
Partic	Plano/Segmento	Indexador	Indexadores	Taxa de Juros a.a.
100,00%	Plano	100,00%	DI-CETIP	-
100,00%	Renda Fixa	100,00%	DI-CETIP	-

**Controle de Riscos:** Risco de Mercado  
Risco de Liquidez  
Risco de Contraparte  
Risco Legal  
Risco Operacional  
Outros

**Comentários:** Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

**Realiza o apreçamento de ativos financeiros:**

SIM

**Dispõe de Manual:** SIM

**Possui modelo proprietário de risco:**

SIM

**Dispõe de Manual:** NÃO

**Realiza estudos de ALM:**

NÃO

#### Observação:

O apreçamento de ativos financeiros é realizado pelo custodiante através do sistema de risco SAC-YMF.

### Alocação de Recursos

Período de referência: 01/2016 à 12/2016.

Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Segmento Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%
Segmento Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%
<b>A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:</b>	NÃO		
<b>Utiliza Derivativos:</b>	SIM		
<b>Avaliação prévia dos riscos envolvidos:</b>	SIM		
<b>Existência de sistemas de controles internos:</b>	SIM		

#### Observação:

As operações com derivativos são vetadas em Carteira Própria e permitidas para a gestão discricionária (gestão externa).

### Perfis de Investimento

**O plano possui Perfis de Investimentos:** NÃO

## Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	20,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00%	10,00%	
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta			X
Sociedade de Propósito Específico - SPE			X
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			X

### Observação:

Os limites de diversificação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM são conforme tabela com escalas de rating adotada pela Entidade.

O limite em Tesouro Estadual ou Municipal de 0% é estabelecido para ativos da Carteira Própria e/ou de Veículos Exclusivos do SERGUS. Para fundos abertos (condominiais) se adota o limite legal de 10%.

## Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	10,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	25,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia.			X
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados			X
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de			X
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime			X

## Concentração por Investimentos

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário			X

## Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2014	1º sem 2015	2016	Não Aplica
Plano	9,09%	5,30%	13,00%	
Renda Fixa	9,09%	5,30%	13,00%	
Renda Variável	-----	-----	-----	X
Investimentos Estruturados	-----	-----	-----	X
Investimentos no Exterior	-----	-----	-----	X
Imóveis	-----	-----	-----	X
Operações com Participantes	-----	-----	-----	X

### Observação:

As rentabilidades de 2016 são projeções.

A Entidade adota o método de cotização adaptada para a apuração e divulgação da rentabilidade do Plano.

## Meta de Rentabilidade dos Segmentos

Plano/Segmento	Meta
Plano	CDI
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Não Aplica
Investimentos Estruturados	Não Aplica
Investimentos no Exterior	Não Aplica
Imóveis	Não Aplica
Operações com Participantes	Não Aplica

**Diretoria Executiva**

Hércules Silva Daltro  
Diretor Superintendente

Marcelo Carvalho A. de Aguiar  
Diretor Adm.e Financeiro

Augusto Cezar Barboza Santos  
Diretor de Seguridade

**Conselho Deliberativo**

**Titulares**

Rosângela Tavares Ferreira (Presidente )

Daniel Felipe Viana Munduruca

Ednilson Nunes Góis

Ivânia Pereira da Silva

**Suplentes**

Maria do Carmo Silva Hora

Lana Cristina Lima Aragão

Maria do Carmo da Silva Viana

Edson Cavalcante Silva

**Conselho Fiscal**

**Titulares**

Maria Elenilde da Paixao Navarro (Presidente em exercício)

Maria Luiza Dos Santos

José Anderson Santos de Jesus

Arnaldo da Silva Oliveira (Em exercício)

**Suplentes**

Luíz Carlos Menezes de Santana

Carlos Eduardo Menezes Santos

Adele Silva Germano de Jesus

**Contador**

José Carlos Pereira da Silva  
Contador CRC - SE - 3.995/0-3